



TAÍSA BARBOSA CARVALHO

**POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO
TURISMO: UM OLHAR SOBRE OS CIRCUITOS ENCANTOS
DE MINAS E TRILHA DOS INCONFIDENTES**

LAVRAS – MG

2026

TAÍSA BARBOSA CARVALHO

**POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: UM OLHAR
SOBRE OS CIRCUITOS ENCANTOS DE MINAS E TRILHA DOS INCONFIDENTES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Rafael Eduardo Chiodi

Orientador

LAVRAS – MG

2026

**Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração
de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Carvalho, Taísa Barbosa.

Política pública de regionalização do turismo : um olhar sobre os circuitos
Encantos de Minas e Trilha dos Inconfidentes / Taísa Barbosa Carvalho. - 2026.
80 p.

Orientador: Rafael Eduardo Chiodi

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2026.
Bibliografia.

1. Regionalização do turismo. 2. Circuitos turísticos mineiros. 3. Circuito
Encantos de Minas. 4. Circuito Trilha dos Inconfidentes. 5. Associações. I. Chiodi,
Rafael Eduardo. II. Universidade Federal de Lavras. III. Título.

TAÍSA BARBOSA CARVALHO

**POLÍTICA PÚBLICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO: UM OLHAR
SOBRE OS CIRCUITOS ENCANTOS DE MINAS E TRILHA DOS INCONFIDENTES**

**PUBLIC POLICY FOR TOURISM REGIONALIZATION: AN ANALYSIS OF THE
ENCANTOS DE MINAS AND TRILHA DOS INCONFIDENTES CIRCUITS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 29 de maio de 2026.

Dr. Mark Pereira dos Anjos UFLA

Dr. Wanderley Jorge da Silveira Júnior IF SUDESTE MG

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL EDUARDO CHIODI**
Data: 01/09/2026 13:02:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rafael Eduardo Chiodi

Orientador

LAVRAS – MG

2026

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Rafael Eduardo Chiodi, pela orientação competente e apoio durante o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos entrevistados das Associações, pela disponibilidade em conceder as entrevistas e por suas valiosas contribuições, sem vocês este trabalho não seria possível.

A Universidade Federal de Lavras, os professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, agradeço pelas trocas de experiências e o aprendizado coletivo que tanto contribuiu para a conclusão desse trabalho.

Por fim, agradeço a minha família, em especial ao meu marido, pela paciência, compreensão e motivação nessa fase.

RESUMO

O turismo vem se consolidando no Brasil como um setor capaz de gerar resultados sociais e econômico. Diante disso, esse projeto teve como objetivo realizar uma análise de como se deram os processos implementação e desenvolvimento dos Circuitos Região Encantos de Minas e Trilha dos Inconfidentes. A pesquisa buscou inferir sobre aspectos relacionados à política estadual de regionalização do turismo em Minas Gerais a partir dos dois casos, bem como compreender como suas associações contribuíram para isso por meio das interações com o poder público e demais atores sociais, além dos desafios enfrentados entre os anos de 2001 e 2024. Para isso, foi adotada a abordagem qualitativa, utilizando-se o método de estudo de caso, tendo como fonte dados primários e secundários. Na coleta de dados primários, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com membros e ex-membros das associações responsáveis pela promoção dos circuitos estudados. Quanto a coleta de dados secundários, foram utilizadas fontes como documentos, atas, regimento interno das associações além da revisão de literatura. Os resultados obtidos mostram que o fato do Estado criar uma política pública sem suporte técnico e financeiro não garante o desempenho e sucesso dessa política. A Associação do Circuito Trilha dos Inconfidentes conseguiu avançar melhor em suas atividades ao longo dos anos; porém, na Associação Região Encantos de Minas, as dificuldades são maiores e os avanços foram mais pontuais.

Palavras chave: Regionalização do Turismo; Circuitos Turísticos Mineiros; Circuito Encantos de Minas; Circuito Trilha dos Inconfidentes; Associações.

ABSTRACT

This study analyzes the implementation and development processes of the Região Encantos de Minas and Trilha dos Inconfidentes Tourist Circuits, among the 48 tourist circuits established in the state of Minas Gerais, Brazil. Tourism has increasingly consolidated itself in Brazil as a sector capable of generating social and economic benefits. In this context, the research aimed to examine aspects related to the tourism regionalization policy in Minas Gerais through the analysis of these two case studies, as well as to understand how their associations contributed to this process through interactions with public authorities and other social actors, in addition to identifying the challenges faced between 2001 and 2024. A qualitative approach was adopted, using the case study method and relying on both primary and secondary data sources. Primary data were collected through semi-structured interviews conducted with current and former members of the associations responsible for promoting the studied circuits. Secondary data sources included documents, meeting minutes, internal regulations of the associations, and literature review. The results indicate that the establishment of a public policy by the state, without adequate technical and financial support, does not guarantee its effectiveness or success. The Trilha dos Inconfidentes Circuit Association achieved greater progress in its activities over the years; however, the Região Encantos de Minas Association faced greater difficulties, and its progress was more limited and occasional.

Keywords: Tourism Regionalization; Tourist Circuits of Minas Gerais; Região Encantos de Minas Circuit; Trilha dos Inconfidentes Circuit; Associations.

INDICADORES DE IMPACTO

A pesquisa desenvolvida aborda a trajetória e o desenvolvimento das Associações dos Circuitos Turísticos Região encantos de Minas e Trilha dos Inconfidentes. Seu estudo contribui para uma melhor compreensão de como a política de regionalização do turismo no estado de Minas Gerais tem sido aplicada e desenvolvida nas Instâncias de Governança Regionais, especificamente no Circuito Região Encantos de Minas e Trilha dos Inconfidentes. Ao ouvir e analisar sobre a realidade vivida pelas Associações o trabalho contribui para a democratização do conhecimento, gerando um intercâmbio de informações. Entre os impactos sociais, destaca-se a importância do fortalecimento da participação de toda a sociedade e o estabelecimento de parcerias para a contribuição do desenvolvimento local sustentável. O impacto econômico manifesta-se na geração de emprego e renda para as comunidades locais inseridas nos municípios integrantes dos circuitos. Quanto ao impacto cultural, há uma valorização da cultura local, tanto das áreas urbanas como rurais, pois o turismo valoriza a singularidade de cada região. As associações estudadas integram 38 municípios, dessa forma todos esses municípios e suas populações são impactadas pelo estudo, pois o turismo afeta toda a população inserida nas comunidades que recebem os visitantes, seja de forma direta, como geração de emprego e renda, ou de forma indireta, através do desenvolvimento da infraestrutura local, bem como nos desgastes da relação entre turistas e comunidade. O trabalho está inserido na área temática “Trabalho” e dialoga com “Meio Ambiente” e “Cultura”, conforme a Política Nacional de Extensão. Quanto aos impactos da pesquisa, o estudo aponta caminhos para o fortalecimento das associações, com indicações de boas práticas rumo ao desenvolvimento local sustentável. Bem como suas principais dificuldades, podendo contribuir para que sejam traçadas metas para superação dos principais entraves. O trabalho se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente nos: Trabalho Decente e Crescimento Econômico, Redução das Desigualdades, Cidades e Comunidades Sustentáveis e Parcerias e Meios de Implementação.

IMPACT INDICATOR

The research conducted addresses the trajectory and development of the Região Encantos de Minas and Trilha dos Inconfidentes Tourist Circuit Associations. The study contributes to a better understanding of how the tourism regionalization policy in the state of Minas Gerais has been implemented and developed within the Regional Governance Instances, specifically in the Região Encantos de Minas and Trilha dos Inconfidentes Circuits. By listening to and analyzing the reality experienced by these associations, the study contributes to the democratization of knowledge, promoting an exchange of information. Among the social impacts, the importance of strengthening the participation of society as a whole and establishing partnerships to support sustainable local development stands out. The economic impact is reflected in the generation of employment and income for local communities within the municipalities that are part of the circuits. Regarding cultural impact, there is an appreciation of local culture in both urban and rural areas, as tourism enhances the uniqueness of each region. The associations studied encompass 38 municipalities; therefore, all these municipalities and their populations are impacted by the study, since tourism affects the entire population within host communities, either directly through employment and income generation or indirectly through the development of local infrastructure, as well as through the challenges arising from the relationship between tourists and local communities. The study is included within the thematic area of “Work” and also engages with “Environment” and “Culture,” in accordance with the Brazilian National Extension Policy. Regarding the impacts of the research, the study identifies pathways for strengthening the associations by indicating good practices aimed at sustainable local development, as well as highlighting their main difficulties, which may contribute to the establishment of strategies to overcome the primary obstacles. The study is aligned with the United Nations (UN) Sustainable Development Goals (SDGs), especially: Decent Work and Economic Growth, Reduced Inequalities, Sustainable Cities and Communities, and Partnerships for the Goals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização das IGR's de Minas Gerais	26
Figura 2 – Mapa do Circuito Região Encantos de Minas	27
Figura 3 – Mapa do Circuito Trilha do Inconfidentes.....	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 - Caracterização dos municípios associados ao Circuito Encantos de Minas	28
Tabela 1.2 - Caracterização dos municípios associados ao Circuito Trilha dos Inconfidentes...	31
Tabela 1.3 – Valores executados no mês de outubro de 2025	52

LISTA DE SIGLAS

ALAGO	Associação do Lago de Furnas
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
CT's	Circuitos Turísticos
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
EMATER/MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FECITUR	Federação das Instâncias de Governança Regional de Turismo do Estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IER	Instituto Estrada Real
IGR	Instância de Governança Regional
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental
PRODETUR	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo
PRT	Plano de Regionalização do Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT-MG	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais
SETUR-MG	Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS DE ESTUDO	14
2.1 Objetivo Geral.....	14
2.2 Objetivo Específico.....	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3.1 Desenvolvimento Local e Turismo	14
3.2 Breve descrição das Políticas Públicas de Turismo no Brasil	17
3.3 Políticas Públicas de Turismo em Minas Gerais e Política de Regionalização do Turismo	21
4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	25
4.1 Apresentação das localidades de estudo	25
4.1.1 Circuito Região Encantos de Minas.....	27
4.1.2 Circuito Trilha dos Inconfidentes	30
4.2 Abordagem da pesquisa	34
4.3 Método de Pesquisa	34
5 Resultados e discussão	38
5.1 Um olhar sobre a Associação do Circuito Turístico Região Encantos de Minas.....	38
5.1.1 Fundação, trajetória e funcionamento	38
5.1.2 Relações de parcerias	47
5.1.3 Regionalização e papel da SECULT-MG	51
5.1.4 Divulgação, patrimônio e sustentabilidade financeira	53
5.2 Um olhar sobre a Associação do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes.....	54
5.2.1 Fundação, trajetória e funcionamento	54
5.2.2 Parcerias	62
5.2.3 Regionalização e Papel da SECULT.....	65
5.2.4 Divulgação, patrimônio e sustentabilidade financeira	66
6 Considerações finais.....	68
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA POR PAUTAS	78

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que tem apresentado crescimento constante e alcançando um espaço de destaque econômico no Brasil, com um aumento significativo no número de turistas internacionais que visitaram o país nas últimas décadas. Segundo a Embratur (2024), os números da década de 1970 eram de 250 mil visitantes internacionais, passando para 3,6 milhões no período de janeiro a julho de 2024 e gerando uma divisa de 3,7 bilhões de dólares no primeiro semestre de 2024. O turismo doméstico também apresentou crescimento, uma amostragem feita pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua – PNAD-C com dados de 2019, constatou que de 72,5 milhões de domicílios brasileiros, em 21,8% deles ocorreu pelo menos uma viagem doméstica (Brasil, 2019).

Diante desse crescimento, o Ministério do Turismo (MTur) vem implementando ações com o objetivo de diversificar a oferta turística brasileira, em sintonia com a regionalização do turismo e o desenvolvimento local das regiões. Uma das principais propostas do MTur é o Programa de Regionalização do Turismo – PRT, que busca desenvolver as regiões turísticas, principalmente as regiões do interior dos estados brasileiros, para que se estruturem turisticamente.

Em Minas Gerais, alinhado ao PRT, a Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais – SETUR-MG, publicou no ano de 2003, o Decreto estadual 43.321/2003 que dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos Turísticos institucionalizados e com personalidade jurídica, buscando, com isso, promover a política de turismo no âmbito do Estado. Desde então, a regionalização do turismo no estado passou a se desenvolver por meio de um novo ator, os Circuitos Turísticos. No ano de 2024, foi publicado o Decreto estadual 48.804/2024, que dispõe sobre a certificação dos circuitos turísticos como Instâncias de Governança Regionais – IGRs. O decreto prevê que os circuitos são constituídos por associações sem fins lucrativos integradas por municípios de uma mesma região que buscam a promoção do turismo local.

Dessa forma, o Estado de Minas Gerais conta atualmente com 48 Circuito Turísticos distribuídos em todo o estado e promovidos por suas associações. “A formação de um circuito pressupõe a identidade e o associativismo entre esses municípios que, na verdade, se consorciam para somar os atrativos, equipamentos e serviços turísticos” (Santos, 2004, p. 29).

Dentre os 48 circuitos mineiros, temos o Circuito Região Encantos de Minas, que é composto por 13 municípios localizados majoritariamente nas regiões do Campo das Vertentes e Sul/Sudoeste de Minas. “Considerada como a região dos vales verdes, das águas, das artes,

das lendas, da farta gastronomia, das tradições e das mineiridades” (Silva, 2017, p.18), característica que inspirou o primeiro nome do circuito, teve a Associação Turística do Circuito Vale Verde e Quedas D’água, responsável pela promoção do circuito, fundada no ano de 2001 no município de Lavras (Silva, 2017).

Outro circuito mineiro é o Circuito Trilha dos Inconfidentes, composto por 26 municípios localizados majoritariamente na região do Campo das Vertentes. Esse Circuito teve sua fundação no ano 2000, mesma data em que foi fundada a Associação Turística Trilha dos Inconfidentes e seu nome se deve ao fato da região estar ligada historicamente a Inconfidência Mineira (Santos, 2017). Dentre os municípios integrantes do Circuito está a cidade de Tiradentes, considerada pelo MTur como um dos 65 municípios indutores de turismo no país. Ademais, a cidade de São João Del Rei foi considerada pela SECULT como destino indutor de turismo estadual, sendo um circuito com riqueza histórica, cultural, patrimonial e natural.

Diante disso, o objetivo central foi estudar estes dois circuitos vinculados à política estadual de regionalização do turismo no Estado de Minas Gerais e inferir, com base nesses dois casos, como se deram os processos de implementação e desenvolvimentos desses circuitos e como suas associações contribuíram para isso.

A justificativa adotada para este estudo se deve à importância atribuída pelos Governos Federal e Estadual em relação ao potencial da atividade turística, que pode ser um interessante gerador de desenvolvimento regional. No entanto, apesar da importância atribuída pelos governos, e a política de regionalização existir há mais de 20 anos, muitos são os desafios enfrentados pelas associações. Diante disso, o estudo discute acerca das percepções dos associados e gestores sobre as potencialidades e dificuldades enfrentadas pelos municípios e pela região.

Nesse contexto, os estudos realizados no Circuito Região Encantos de Minas e no Circuito Trilha dos Inconfidentes podem contribuir e dar sustentação para uma melhor compreensão e gestão das políticas de turismo, contribuindo para a promoção de um turismo sustentável.

2 OBJETIVOS DE ESTUDO

2.1 Objetivo Geral

Realizar uma análise de como se deram os processos de implementação e desenvolvimento dos Circuitos Região Encantos de Minas e Trilhas dos Inconfidentes, buscando inferir sobre aspectos relacionados à política estadual de regionalização do turismo em Minas Gerais nos dois casos. A pesquisa buscou entender como as associações responsáveis pela promoção destes circuitos contribuíram para o avanço do desenvolvimento do turismo em suas regiões, bem como os desafios e entraves enfrentados por elas.

2.2 Objetivo Específico

- a. Identificar aspectos da implementação, da trajetória e do funcionamento das Associações Turísticas Região Encantos de Minas e Trilha do Inconfidentes;
- b. Compreender e discutir as interações entre as Associações e o poder público, e entre outras instituições da sociedade. Para tanto, considerou o estabelecimento de parcerias, as formas de interação estabelecidas, as trocas de recursos efetivadas, dentre outros.
- c. Identificar e elencar aspectos dos avanços e desafios enfrentados pelas Associações nas execuções da política de regionalização do turismo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Desenvolvimento Local e Turismo

Antes de abordarmos o tema Desenvolvimento Local e Turismo especificamente, é importante destacar uma perspectiva mais recente sobre desenvolvimento. Como afirma Coriolano (2012, p.63), “durante muito tempo pensou-se que o crescimento econômico fosse o próprio desenvolvimento. Hoje, há consenso mundial da diferença entre crescimento e desenvolvimento, embora se possa admitir alguma relação entre eles”. Almeida (1997, p. 36), dialoga com esse entendimento, apontando que “a noção de crescimento é insuficiente para dar conta das transformações estruturais dos sistemas socioeconômicos, pois apenas leva em consideração a produção sob o aspecto quantitativo”.

Sachs (1995. p. 31 e 32) afirma que:

crescimento e desenvolvimento não são sinônimos. Enquanto persistirem enormes disparidade sociais, o crescimento permanecerá, com certeza, uma

condição necessária, *embora de modo algum suficiente*, do desenvolvimento, cujos aspectos distributivos e qualitativos não podem ser negligenciados.

O autor desenvolve seu pensamento afirmando que os princípios da igualdade, equidade e solidariedade são comuns ao conceito de desenvolvimento, com longas consequências para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento não se limite ao do economicismo redutor (Sachs, 1995).

Diante dessa mudança, Almeida (1997) destaca uma perspectiva mais extensa e recente de desenvolvimento, entendido como um processo de transformação nas estruturas sociais e mentais da sociedade, englobando as dimensões - econômica, social e cultural.

Amartya Sen traz uma relevante contribuição para o entendimento de desenvolvimento com caráter mais amplo. Para Sen (2000), o desenvolvimento consiste na eliminação de restrições à liberdade que comprometem a capacidade dos indivíduos de escolher e exercer plenamente seu papel como agentes sociais. Ainda para Sen (2000), às privações de liberdade são: a persistência da pobreza, opressão, violação de liberdades, carência de oportunidades econômicas, ameaças ao meio ambiente e à sustentabilidade. Para o autor, o crescimento econômico é importante, mas como meio para expandir as liberdades humanas e não apenas para o desenvolvimento econômico em si.

Sobre esse prisma, Kronemberger (2019) destaca a relevância das mudanças sociais para o desenvolvimento:

a melhoria da qualidade de vida depende de mudanças sociais, interpretadas como desenvolvimento, que ocorrem quando a sociedade tem condições de produzir e reproduzir capital social, que, por sua vez, é maior ou melhor quanto mais redes existam, ou quanto mais a democracia é praticada. E quanto mais capital social, mais desenvolvimento. Tudo depende, portanto, de uma atuação política não intervencionista, não verticalizada e não centralizadora, pois essas características impedem que as pessoas exerçam controle social sobre seu desenvolvimento (Kronemberger, 2019, p. 24).

Considerando esse contexto, a importância do desenvolvimento com foco local é um processo amplo e de debate permanente. Kronemberger (2019) aponta que o processo de desenvolvimento local se caracteriza por ser um processo que aproveita as vantagens comparativas e competitivas de uma localidade, em busca do crescimento econômico, de melhor qualidade de vida de sua população, do fortalecimento do capital social, da promoção de uma boa governança e o uso sustentável dos recursos naturais.

Coriolano e Sampaio (2012, p.64) corroboram essa ideia, afirmando:

Desenvolvimento na escala humana se baseia na autonomia dos países, das pessoas e de comunidades, de maneira a convertê-los em sujeitos do processo

de desenvolvimento e não apenas em meros objetos. Surge, então, a necessidade de novas formas de conceber e praticar política, baseadas na participação direta, que estimula o protagonismo real das pessoas, na busca de soluções criativas endógenas (Coriolano, 2012, p. 64).

O local assume, então, a importância para a construção de solidariedades, da vontade coletiva e de uma gestão flexível e mais realista das políticas públicas” (Kronemberger, 2019, p.32). Esse modelo faz oposição ao desenvolvimento do mercado de consumo e concentrador de renda e riqueza (Brasileiro e Coriolano, 2012).

Dentro desse contexto de desenvolvimento local, o turismo deve ser pensado como uma atividade sustentável, como nos mostra Coriolano (2012, p. 61): “o que se deseja é uma sociedade justa, sustentável, com o turismo contribuindo com a elevação da qualidade dos serviços para o turista e a qualidade de vida dos anfitriões”. O desenvolvimento então, não pode deixar de incluir três pontos: “luta contra a pobreza, integração social e criação de empregos produtivos” (Sachs, 1995 p. 32).

Na busca para que haja desenvolvimento dentro de um contexto de sustentabilidade, Santos (2017, p. 53) mostra que “são necessários dois requisitos básicos, para que se possam efetuar intervenções territoriais inteligentes com possibilidade de êxito: a construção de um novo conhecimento e a construção do poder político local/regional”.

Para Medina (2012), a imagem mais difundida do turismo é de um fenômeno de massa que destrói o meio ambiente, mercantiliza a cultura local, submete os trabalhadores locais a trabalhos degradantes, destruindo o tecido social das comunidades onde se instala. Coriolano (2012, p. 63) confirma dizendo: “O capital seleciona lugares, e, no turismo, por exemplo, atividade essencialmente capitalista, oferece todas as oportunidades de exploração, não apenas da mão-de-obra, mas de territórios”. Ainda para a autora, “esse panorama conduz instituições como ONU, OMT, bem como pesquisadores a lançarem propostas alternativas de desenvolvimento e de turismo” (Coriolano, 2012, p. 67).

Em contraposição ao modelo de turismo globalizado degradante, “surge o turismo comunitário, de baixo para cima, indo ao encontro do desenvolvimento à escala humana” (Coriolano, 2012, p. 67). Brasileiro (2012, p. 76), aponta que “o turismo por sua vez, é analisado como uma possibilidade de realização dos novos modelos e paradigmas de desenvolvimento local sustentável”. Segundo a autora, tanto turistas como autóctones devem ser entendidos como atores, sujeitos ativos deste complexo fenômeno sociocultural. É na diversidade, no valor local, que estão as bases para pensar o turismo contemporâneo, principalmente nos lugares que não foram atingidos pelo turismo de massa (Brasileiro, 2012):

O desafio atual está na ressignificação, em um novo pensar sobre o desenvolvimento, o lugar e o turismo. Novos modelos de desenvolvimento serão adotados e os aspectos culturais, como forma de ser, sentir e de viver de um povo no mundo, serão um dos eixos do desenvolvimento, pensado para o ser humano, seja este um turista ou autóctone. O turismo, desde este paradigma é, portanto, uma atividade estimuladora de experiências e vivências das capacidades humanas (Brasileiro, 2012, p. 95).

No entanto, como nos mostra Soares, Emmendoerfer e Monteiro (2013, p. 50), “Se não for desenvolvido de maneira sustentável e planejado, o turismo pode trazer sérios problemas ao local onde é praticado”. Os autores destacam a importância da indústria do turismo estar atenta e entender as necessidades da comunidade local, devendo ser aceita por essa comunidade. Essa integração é essencial para a manutenção da atividade turística por um longo prazo, sendo parte integrante da comunidade e não uma imposição externa.

Para Trentin (2012, p. 128) “o desenvolvimento do turismo alternativo pode resultar em um grau maior de participação local do que no turismo de massa”. A autora aponta que “em geral, as pequenas empresas geram mais benefícios econômicos diretos para as comunidades locais e menos impacto ambiental e cultural”.

O turismo tem sido visto, em muitos lugares, como o meio mais fácil e rápido para o desenvolvimento econômico, sendo que essa visão se sobressai principalmente nas cidades históricas. Os agentes do desenvolvimento turístico são responsáveis por discutirem e decidirem como deve ser esse desenvolvimento e quais serão as ações para melhorar a atividade, com foco em ganho e não perda na qualidade de vida local (Silveira, 2008). Nesse sentido, Silveira (2008) considera como papel da administração pública, juntamente com a comunidade local, apontar possíveis ações para o seu melhor funcionamento, pautado no amplo desenvolvimento social e não apenas econômico.

Beni (2006, p. 102) destaca a importância do papel do poder público no processo de desenvolvimento do turismo ao afirmar que “o turismo é uma atividade que requer a intervenção proeminente do Estado pelo que representa em suas características fundamentais”, e deve ser focado no melhoramento das condições sociais do local.

3.2 Breve descrição das Políticas Públicas de Turismo no Brasil

Desenvolver o turismo, almejando beneficiar a todos, requer um planejamento articulado e organizado. Com esse objetivo são necessárias políticas públicas e investimentos no setor, assim como o envolvimento dos agentes locais na implementação dessas políticas públicas.

Sobre políticas públicas, não é possível afirmar que existe uma única, nem melhor definição do que seja o termo. De acordo com Castro e Falcão (2004, apud Santos, 2017), o termo política pode ser compreendido como um conjunto de esforços empreendidos pelas pessoas que têm como objetivo participar do poder ou influenciar a sua distribuição. Rua (1997) afirma que, mais que a simples resolução de conflitos, as políticas públicas são relações de poder produtoras de procedimentos formais e informais para a gestão pacífica dos bens públicos.

Dias (2019, p. 1) complementa dizendo que “tanto a política como as políticas públicas estão relacionadas com o poder social”. Para o autor, políticas públicas constituem um conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade, na qual são formadas por linhas de ação que devem estar direcionadas ao bem comum e buscar satisfazer ao interesse público. O autor defende que políticas públicas são um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos (Dias, 2019).

Ainda segundo Dias (2019), a intervenção em qualquer campo da realidade exige a reunião de informações sobre suas características, necessidades, aspectos positivos e negativos, pontos fortes e fracos, para que se possa decidir com conhecimento de causa, onde e como se deve agir. Para o autor, o turismo, por ser uma atividade complexa e possuir inter-relação com diversos setores e atividades da sociedade, concebendo uma rede de relações turísticas que constituem um sistema turístico, levando a necessidade de distinguir o sistema turístico e as atividades voltadas para ele. “Não se pode reduzir o sistema turístico ao campo das intervenções do Estado e suas instituições, nem às ações do mercado. Ele se constitui como um sistema integrado, aberto, e suas interações envolvem a sociedade como um todo” (Dias, 2019, p. 206).

Para Araújo e Taschner (2012), as políticas públicas de turismo no Brasil podem ser pensadas considerando a existência de três períodos. Para a autora, a primeira fase vai da década de 1930 até a edição do Decreto-lei n.º 55/1966. As autoras apontam que o acontecimento mais importante desse período, permitindo um avanço no turismo “refere-se à edição do Decreto-lei n.º 55/66, que veiculava uma definição de PNT, criava o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)” (Araújo e Taschner, 2012, p. 78).

Beni (1991; 2000; 2006 *apud* Araújo; Taschner, 2012) destaca que nesta fase a atividade turística se desenvolve a partir de esforços isolados da iniciativa privada e de alguns órgãos regionais da administração pública, sem quase nenhuma articulação entre as normas editadas para a atividade turística. “A ação dos órgãos que coordenavam as atividades turísticas visava muito mais à demarcação de posições políticas do que propriamente à estruturação daquilo que

o referido autor denomina Sistema Nacional de Turismo” (Beni apud Araújo; Taschner, 2012, p. 78).

A segunda fase compreende o período da publicação do Decreto-lei n.º 55/66 à reestruturação da Embratur, pela Lei n.º. 8.181/91. Esta fase teve início com o Decreto-lei n. 55, de 18 de novembro de 1966, que “anunciou pela primeira vez um conceito de “Política Nacional de Turismo”, definindo, igualmente, a criação de órgãos oficiais – como a Embratur e o CNTur – responsáveis por formular, coordenar e implementar a aludida política” (Araújo; Taschner, 2012, p.78-79). Ainda conforme Araújo e Taschner (2012), em 1991 é publicada a Lei n.º 8.181/1991, reestruturando a Embratur. As autoras destacam que, nesse período, tanto Embratur como CNTur enfrentam inúmeros obstáculos para executar as ações que deveriam dar suporte às políticas do setor e também para desenvolver um planejamento contínuo e sistêmico da atividade turística brasileira, o que se tem são ações em aspecto isolados, com foco principal na hotelaria (Araújo; Taschner, 2012).

As décadas de 1970 e 1980 tiveram uma política de turismo no Brasil marcada por uma abordagem dos benefícios econômicos da atividade, buscando-se fomentar o número de turistas e a entrada de recursos financeiros (Santos, 2017). O autor complementa que “Neste período, passou-se a adotar a concepção de produto turístico, o qual, para se viabilizar, requeria a realização de planos de desenvolvimento do turismo” (Santos, 2017, p. 72).

Para Emmendoerfer, Silva e Lima (2011), essas duas primeiras fases são caracterizadas por uma gestão verticalizada das políticas de turismo, orientadas pela hierarquização, centralização e subordinação ao Sistema Nacional de Turismo.

Por fim, Araújo e Taschner (2012, p. 80), definem a terceira fase como um período em que há “um processo mais amplo de reforma do Estado, marcado pela descentralização da administração pública, da desconcentração das políticas públicas e mudanças na área de regulação econômica”. Como mostram as autoras, as políticas públicas de turismo em favor da descentralização encontram respaldo na Constituição Federal de 1988. Em 1991 é publicada a Lei n.º 8.181 e em 1992 o Decreto n.º 448, que regulamenta a referida lei, apresentando uma nova configuração da gestão pública do turismo no Brasil (Araújo e Taschner, 2012).

Para Knupp (2012), apesar da complexidade apresentada pelo processo de descentralização e ausência de estruturas mais consolidadas de direcionamentos nacionais para esse tipo de política, ainda houve avanços na política de turismo no Brasil. Dessa forma, a partir da década de 1990 políticas relacionadas ao turismo no Brasil apresentaram mudanças,

principalmente a partir da implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

O PNMT previa a capacitação de agentes locais para atuarem como multiplicadores da proposta de valorização do turismo como ferramenta para alavancar o desenvolvimento econômico associado à preservação local, tanto ambiental como social e cultural (Trentin, 2011). Araújo e Taschner (2012, P.81) reforçam que o PNMT tinha uma “preocupação em aumentar a articulação entre todos os atores – públicos e privados – impactados pelo setor turístico, bem como a clara intenção de envolver a sociedade civil no processo decisório, com o intuito de democratizá-lo”.

Em 2003 é criado o Ministério do Turismo, permitindo uma gestão e administração da atividade turística de forma diferenciada. Essa fase é marcada pela elaboração do primeiro Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007 que traz o tema “Ações e Resultados” (Vilela; Costa, 2020). Dentre os vários programas desenvolvidos por esse PNT, tem destaque o Programa de Regionalização do Turismo, que é uma das metas do PNT. O programa busca estimular o turismo interno, por meio da constituição de polos turísticos e do incentivo ao desenvolvimento do turismo em mesorregiões vocacionadas. As ações do programa se assemelham às ações adotadas em Minas Gerais, incentivando a formação de roteiros regionais (Araújo; Taschner, 2012; Santos, 2017).

Na sequência são formulados os quatro PNT seguintes. O PNT 2007-2010 com o slogan “Uma viagem e inclusão”, o programa “traz a proposta de integração regional, capaz de criar alternativas turísticas, ampliando assim a oferta em territórios onde o turismo é considerado como incipiente” (Vilela; Costa, 2020, p. 120). O PNT 2013-2016 traz como tema “O turismo fazendo muito mais pelo Brasil” e tem como principal diretriz investimentos em infraestrutura de acesso e esportivas, com foco nos megaeventos que estavam por vir no país, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo (Vilela; Costa, 2020).

Em 2018 é lançado o PNT 2018-2022: Mais emprego e renda para o Brasil, “o plano foi estruturado em quatro grandes seções: Diagnóstico do turismo no mundo e no Brasil; Metas Globais para o Turismo no Brasil; Diretrizes e Linhas de Atuação” (Vilela; Costa, 2020, p. 120). Por fim, no ano de 2024 é lançado o PNT 2024-2027 com o tema “O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo” que entre suas características:

destaca-se uma visão ampla e operacional para o futuro. Ele também oferece flexibilidade, permitindo ajustes e realinhamentos conforme mudanças nos ambientes nacional e global. A sustentabilidade é enfatizada em suas quatro dimensões: econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional (Brasil, 2024, p. 20).

Conforme Knupp (2010), é perceptível nos PNT a busca da desconcentração de renda e da regionalização do turismo, assim como a busca pela melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, valorização da identidade cultural e tentativa de efetivar parcerias entre agentes públicos e privados com base em uma gestão descentralizada. “É nessa política de descentralização que surge o incentivo para elaboração de roteiros integrados, a fim de oferecer um conjunto de produtos turísticos que se complementam dentro de uma diversidade regional, impulsionando assim o desenvolvimento local e regional de forma integrada” (Knupp, 2010, p. 54).

Dessa forma, segundo Pinheiro, Maracajá e Chim-Miki (2019), houve uma maior cobrança de estados e regiões turísticas para uma maior atuação na elaboração e execução de programas e projetos de desenvolvimento turístico, com vista a estimular não somente os municípios já consolidados como destinos turísticos, mas também novos territórios.

O Plano de Regionalização do Turismo recomenda uma regionalização não apenas como ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridade, mas sim a construção de um ambiente democrático, harmonioso e participativo entre poder público, comunidade, iniciativa privada e terceiro setor (Brasil, 2017).

3.3 Políticas Públicas de Turismo em Minas Gerais e Política de Regionalização do Turismo

Com a criação do MTur em 2003 e a reestruturação da Política Nacional de Turismo - PNT houve a necessidade:

de se criar um modelo inovador capaz de subsidiar o crescimento social, econômico e cultural, os Estados brasileiros começaram a se organizar para a formalização de um órgão que pudesse atender ao setor turístico e a discutir a necessidade de se criar políticas e planos estaduais para o desenvolvimento (Emmendoerfer; Silva; Lima, 2011, p. 398).

Diante desse cenário, o estado de Minas Gerais criou, no ano de 1999, a Secretaria de Turismo do Estado de MG - SETUR, através da Lei n.º 13.341/1999. Emmendoerfer, Silva e Lima (2011, p. 404), destacam que a “SETUR tem por finalidade planejar, coordenar e fomentar as ações do negócio turismo, objetivando a sua expansão, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do Estado”.

A partir da criação da SETUR, o estado de Minas Gerais implementou uma política pública de turismo baseada na descentralização e regionalização, essa política criou as bases para uma inovadora forma de desenvolvimento do turismo através dos Circuitos Turísticos - CT's (Emmendoerfer; Silva; Lima, 2011; Santos, 2017). A decisão de descentralizar e

regionalizar a atividade turística no estado de Minas Gerais foi devido à extensão territorial e seu grande número de municípios (Knupp, 2010). Outro objetivo da regionalização era aumentar a média dos turistas no estado e melhorar a infraestrutura local, gerando mais trabalho e renda para as regiões (Fuchs; Oliveira, 2012).

Pimentel e Pimental (2019) apontam que, segundo dados da SETUR, no ano de 2001, tem início as primeiras oficinas participativas de representantes da sociedade civil e do Poder Público dos municípios para o turismo no estado. Conjuntamente com a visão assumida pela Secretaria de Estado de Turismo, “o objetivo das oficinas era motivar as lideranças dos municípios para a organização de grupos responsáveis pela gestão do turismo regional para a promoção do desenvolvimento turístico” (Pimentel; Pimentel, 2019, p. 140). “Ao final dos trabalhos, foram realizadas 54 oficinas, atingindo mais de 400 municípios. Nestas oficinas, os participantes já combinavam as próximas ações necessárias para que o circuito turístico fosse criado (Bolson, 2003 apud Gomes; Correia; Queiroz, 2006, p. 325).

A institucionalização dos Circuitos Turísticos se deu em 2003, por meio da publicação do Decreto 43.321/2003, que considera o conjunto de municípios de uma mesma região com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem com o objetivo de organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, firmando uma atividade regional (Minas Gerais, 2020).

Para Tavares (2015), os circuitos turísticos colocam a cooperação em um patamar elevado, pois a competição pode ocorrer entre empresas do setor, mas deve haver cooperação entre a região turística envolvida, sendo a cooperação uma condição necessária para a sua sobrevivência. Tal pensamento é endossado por Gomes; Correia; Queiroz, 2006 que apontam a importância da mudança de pensamento até então predominante, em que todos são concorrentes. Para os autores, para se ter um aumento no número de participantes nos circuitos turísticos é necessário que os empresários se vejam como aliados na competição com mercados de outras regiões, que sejam mais cooperativos entre si. Ou seja, para que a cooperação possa avançar, devem ser superados os desafios gerados pela rivalidade, passando os laços de confiança a serem firmados.

No intuito de alcançar o objetivo de estruturar a atividade turística nas esferas regionais e municipais foram criadas as Instâncias de Governança Regional - (Circuitos Turísticos) (Emmendoerfer, 2011). “Trata-se de dezenas de circuitos constituídos sob forma jurídica de associações, com estatuto próprio e que contemplam em sua estrutura o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil” (Emmendoerfer, 2008, p. 233):

A institucionalização dos CT's por meio de um decreto e uma resolução e, posteriormente, por meio de uma certificação concedida pelo Governo como reconhecimento dos CT's, para que os municípios integrantes possam ter acesso aos benefícios e recursos financeiros e ainda, às ações prioritárias da SETUR, também pode ser considerada uma inovação social (Emmendoerfer; Silva; Lima, 2011, p. 406).

Como mostra Sette, Valle e Coutinho (2014) apesar de ser fomentada pela SETUR-MG, a formação dos Circuitos Turísticos acontece por livre iniciativa dos municípios de se associarem, passando a ter direitos e deveres para com elas. Assim, municípios integrantes de uma mesma região e com atrativos semelhantes se unem para complementar a infraestrutura turística entre eles com a reunião do setor público local, iniciativa privada e sociedade civil com objetivo de criar organizações para o fomento do turismo na região. Essa iniciativa de formação de baixo para cima das instâncias de governança de turismo em Minas Gerais, constituem um grande diferencial do programa, que foi reconhecido pelo Ministério do Turismo, por meio de premiações oferecidas as regiões turísticas do Estado nos anos de 2008 e 2009.

Porém, Tavares, Junior e Batista (2011, p. 662) aponta que,

a própria sobrevivência dos circuitos vai além de questões administrativas e sim da verificação das condições de acessibilidade que o mesmo apresenta, a adequação de seu município polo, a análise dos atrativos turísticos em comparação com os daqueles localizados em municípios próximos, a existência de um planejamento estratégico para o circuito e até mesmo o redimensionamento da demanda, observando, por exemplo, os principais polos com potencial para emissão de turistas ao circuito.

Para Pimentel e Pimentel (2019) a adoção da estrutura de regionalização dos circuitos turísticos mineiros teve como uma de suas referências o modelo francês, país que era o maior receptor de turistas internacionais do mundo. A política francesa era igualmente baseada em circuitos, caracterizados por roteiros temáticos ou por uma motivação turística específica. Assim, os circuitos nos moldes franceses, deveriam constituir-se num produto turístico comercializável e formatado, reunindo os principais atrativos de uma região, aumentando seu trajeto e agregando valor ao circuito (Pimentel e Pimentel, 2019).

Ainda conforme Pimentel e Pimentel (2019, p. 145) em “âmbito nacional, uma experiência de regionalização estava sendo implementada, o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, considerada a primeira experiência de regionalização nacional”. Ele teve sua criação em 1991 e buscava a identificação e o planejamento prévio de regiões turísticas, pois os resultados das atividades turísticas no país eram insatisfatórios. O PRODETUR inicialmente envolvia nove estados do Nordeste e a área

da Sudene de Minas Gerais, em posterior expansão todo o território mineiro foi contemplado, visando o desenvolvimento turístico regional organizado.

Para os mesmos autores, programas como o PNMT, PRODETUR e o modelo francês de regionalização, dentre possíveis outros, serviram de bases para a estruturação da política de turismo de Minas Gerais. Os autores destacam com isso, que a política de turismo que nasce não surge sem nenhuma experiência anterior, mas sim com bases em políticas que já se encontravam presentes anteriormente, tanto no Brasil, como em outro país (Pimentel e Pimentel, 2019).

Segundo Emmendoerfer (2008, p. 229) “o Estado ficou com o papel de gestor, parceiro e facilitador, sendo o responsável pela criação do projeto dos Circuitos Turísticos”. A autora aponta que, no intuito de instituir o projeto de criação dos Circuitos Turísticos, a SETUR traçou objetivos a serem alcançados, sendo eles:

- Criar novos destinos turísticos no estado de Minas Gerais;
- Descentralizar as políticas de desenvolvimento do segmento turísticos;
- Desenvolver o turismo regional de forma sustentável;
- Aumentar o fluxo e a permanência do turista, gerando renda e empregos (diretos/indiretos);
- Resgatar, valorizar e preservar todo o patrimônio histórico, cultural e natural;
- Movimentar e aumentar a arrecadação dos municípios e, conseqüentemente, a do Estado;
- Incorporar a sociedade em um planejamento integrado, valorizando o turismo regional;
- Incentivar todos os segmentos da “cadeia produtiva”.

Dessa forma, o desenvolvimento da política promovida pelo Estado de Minas Gerais se reflete na formação de 47 Circuitos existente que abrangem 727 municípios (Diário Oficial de Minas Gerais, 2025), sendo o Circuito Turístico das Águas e o Circuito Turístico do Ouro os pioneiros a serem formados (Emmendoerfer, 2008). Esses circuitos existiam desde o século XVIII, mas não no modelo proposto pela SETUR, as reuniões aconteciam em formato de fórum de discussões sobre turismo, sendo que não haviam ações concretas de trabalho em conjunto ou atividades compartilhadas entre os municípios. No entanto, as atividades serviram para o desenvolvimento e amadurecimento da atividade turística nessas regiões, que já recebiam turistas anteriormente. (Emmendoerfer, 2008).

Os Circuitos Turísticos foram formados com a missão de identificar os municípios com afinidades turísticas ou que se complementam turisticamente, mobilizar representantes do poder público, iniciativa privada e comunidade dos municípios interessados, realizar reuniões de integração entre os municípios, definir o nome dos circuitos, tendo como base a identidade comum regional, definir o tipo de entidade gestora (associação, agência de desenvolvimento, ONG) e elaborar um Estatuto e Regimento Interno (Emmendoerfer, 2008, p. 234).

Retomando Emmendoerfer (2008), o autor aponta que, para a SETUR, as vantagens de se formar um Circuito Turísticos são as de potencializar os esforços para promover o desenvolvimento turístico, buscar meios para a capacitação profissional no setor, aumentar o fluxo e permanência de turistas na região, preservação e resgate dos patrimônios culturais e naturais e melhoria da qualidade de vida no município e o atendimento ao turista.

No ano de 2006, há uma consolidação dos Circuitos Turísticos, que se mobilizam e fundam a Federação das Instâncias de Governança Regional de Turismo do Estado de Minas Gerais (FECITUR), que representa atualmente 38 Circuitos Turísticos. Seu objetivo é promover ações para a consolidação do Programa de Regionalização do Turismo em Minas Gerais, representar os interesses das Associações de Municípios de Circuitos Turísticos e estimular a integração entre eles (Minas Gerais, 2020).

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esse tópico apresenta os elementos usados para direcionar e operacionalizar a pesquisa, como a abordagem metodológica adotada, os instrumentos utilizados para a coleta de dados, as categorias de análise e as técnicas de análise dos dados coletados.

4.1 Apresentação das localidades de estudo

Minas Gerais é um estado de grande extensão territorial, com uma diversidade de cenários, apresentando diferenças regionais tanto no desenvolvimento socioeconômico, político, cultural dentre outras.

Dentro desse contexto, como nos mostra a SECULT, a Política de Regionalização do Turismo no estado tem sido integrada às regiões turísticas com base em suas características e especificidades, manifestando-se em diversos níveis de planejamento e gestão. Nesse sentido, embora os Circuitos Turísticos em Minas Gerais sejam as Instâncias de Governança Regional formalmente estabelecidas e padronizadas, cada Circuito possui uma abordagem única de atuação (Minas Gerais, 2020).

Conforme listagem oficial publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em 19 de setembro de 2025, Minas Gerais contava com 47 Instâncias de Governança e 727 municípios integrantes. As IGR's estão distribuídas no estado conforme mapa abaixo na Figura 01.

Figura 1- Mapa de localização das IGR's de Minas Gerais



Fonte: SECULT (2025).

Ao longo dos anos, o número de IGRs e de municípios que as compõem tem sofrido alterações. No entanto, desde 2020, observa-se um aumento anual no número de municípios participantes, conforme apresentado na linha do tempo de evolução das IGRs.

Linha do tempo — Evolução de IGRs e Municípios (2020-2025)



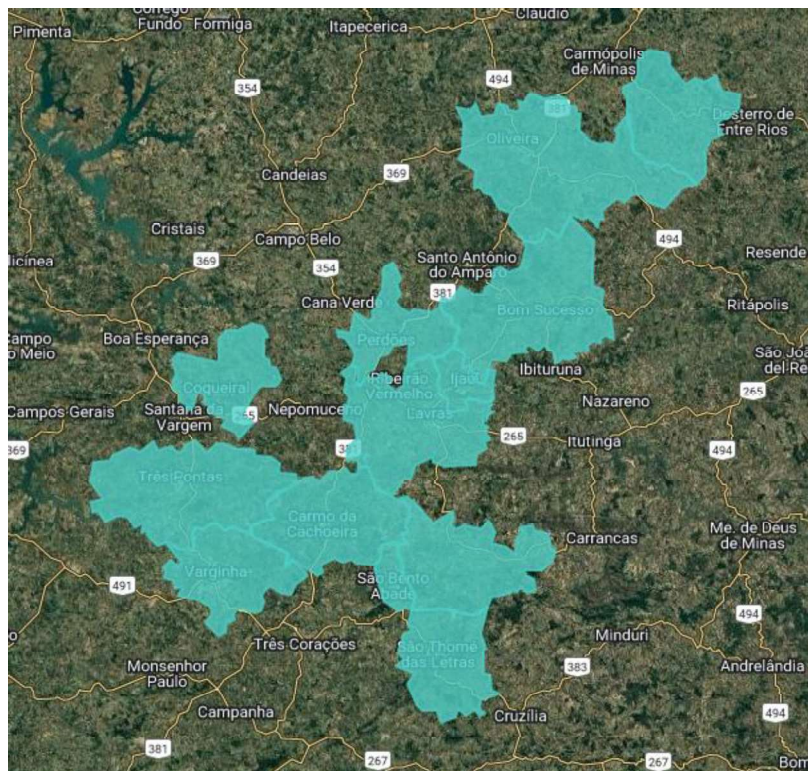
Fonte: Diário Oficial de MG (2020, 2021, 2022, 2024 e 2025).

Considerando o exposto, o recorte dessa pesquisa se concentrou nas Associações dos Circuitos Região Encantos de Minas e Trilha dos Inconfidentes.

4.1.1 Circuito Região Encantos de Minas

O Circuito Região Encantos de Minas, integrado pela Associação do Circuito Região Encantos de Minas, estava composto, conforme a SECULT, no ano de 2024 por 14 municípios, sendo eles: Bom Sucesso, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Ijaci, Itumirim, Lavras, Luminárias, Oliveira, Passa Tempo, Perdões, São Bento Abade, São Thomé das Letras, Três Pontas e Varginha. Cabe destacar que no ano de 2025 houve troca de municípios associados, saindo os municípios de Oliveira, Passa Tempo e Varginha e se associando os municípios de Cana Verde e Ingaí (Diário Oficial de Minas Gerais, 2025).

Figura 2 – Mapa do Circuito Região Encantos de Minas



Fonte: Ministério do Turismo (2025).

Os municípios associados pertencem às mesorregiões do Sul/Sudoeste de Minas, Campo das Vertentes e Oeste de Minas, dentro das microrregiões de Varginha, Lavras, Oliveira e Campo Belo.

A Mesorregião, segundo o IBGE (1990, p. 8), é:

uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade

é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou.

Por sua vez, as Microrregiões são “partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do Espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos nem conferem autossuficiência a Microrregião” (IBGE, 1990, p.8).

No intuito de caracterizar os municípios pertencentes ao Circuito Encantos de Minas, optou-se por dados obtidos junto ao IBGE.

Tabela 1.1 - Caracterização dos municípios associados ao Circuito Encantos de Minas

Município Associado	População	Salário médio mensal	PIB	IDH	Legislação turística
Bom Sucesso	17.151	1,8 salários mínimos	R\$ 25.271,28	0,692 (2010)	Lei de Política de Turismo, Comtur e Fumtur
Carmo da Cachoeira	11.547	2,6 salários mínimos	R\$ 26.379,28	0,655	Lei de Política de Turismo, criação de Comtur e Fumtur
Coqueiral	9.023	1,7 salários mínimos	R\$ 25.735,37	0,694	Lei de Política de Turismo, de criação do Comtur e Fumtur
Ijaci	7.003	2,6 salários mínimos	R\$ 74.228,52	0,714	Lei 1447, de 19 de outubro de 2023, Lei de Política de Turismo, Lei de Comtur e Fumtur
Itumirim	6.638	1,9 salários mínimos	R\$ 15.326,47	0,726	Indisponível
Lavras	104.761	2,4 salários mínimos	R\$ 27.818,10	0,782	Lei do Comtur, Lei do Fumtur, Lei da Política Municipal de Turismo, Lei do Turismo de Base Comunitária.

Luminárias	5.586	1,5 salários mínimos	R\$ 27.448,05	0,678	Lei de Política Municipal de Turismo 1273/2017, lei de Comtur e Fumtur
Oliveira	39.262	1,7 salários mínimos	R\$ 26.318,88	0,699	Lei Municipal do Turismo e Criação do Fumtur; Criação do Comtur
Passa Tempo	8.473	2,2 salários mínimos	R\$ 59.808,53	0,687	Lei da Política Municipal de Turismo (Lei nº 1805, de 27/06/2019); Lei do Fundo Municipal de Turismo (Lei nº 1806, de 27/06/2019)
Perdões	21.384	1,9 salários mínimos	R\$ 29.060,60	0,744	Lei da Política Municipal de Turismo; Lei de Criação do Comtur e do Fumtur.
São Bento Abade	4.713	2,1 salários mínimos	R\$ 16.505,34	0,672	Lei de Comtur, Fumtur e Política de Turismo
São Thomé das Letras	6.904	1,6 salários mínimos	R\$ 19.208,82	0,667	Lei de Política de Turismo, criação de Comtur e Fumtur
Três Pontas	55.255	2,0 salários mínimos	R\$ 32.896,24	0,731	Lei Política Municipal de Turismo; Lei que cria o Conselho Municipal de Turismo; Lei que institui o Fundo Municipal de Turismo
Varginha	136.467	2,1 salários mínimos	R\$ 58.817,87	0,778	Lei 3467 - Institui o Comtur; Lei 5112 - Cria o Fumtur; Lei 5203 - Política Municipal de Turismo

Fonte: elaborado pela autora com dados disponíveis no site do IBGE (2025) e Ministério do Turismo (2025).

A Associação Turística do Circuito Vale Verde e Quedras D'água foi criada em 19 de julho de 2001 no município de Lavras, onde foi eleita a diretoria e presidência, além da aprovação do estatuto. Participaram dessa reunião representantes dos municípios de:

Luminárias, Lavras, Três Corações, Carmo da Cachoeira, São Thomé das Letras, Carrancas, Itumirim, Ingaí e São Bento Abade (Silva, 2017).

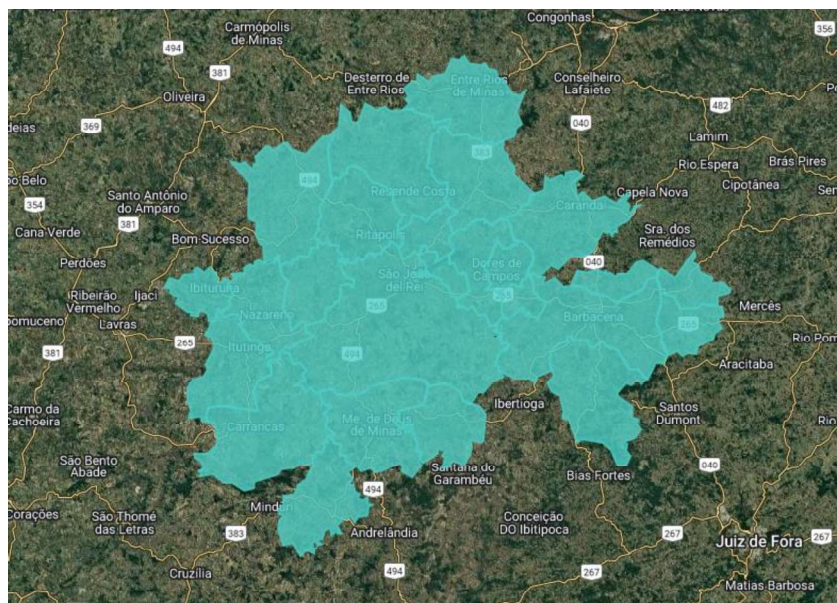
O nome do Circuito Vale Verde e Quedas D'água, segundo Silva, (2017, p.55) “surgiu no município de Luminárias e quem sugeriu o nome foi à ex-prefeita do município de São Bento Abade”. Ainda conforme Silva, (2017, p.55), “o nome reflete uma característica ambiental da região, rica em cachoeiras e também a existência de vales verdes, principalmente na região de Três Corações e São Thomé das Letras”.

Após 20 anos denominados como Circuito Vale Verde e Quedas D'água e Instância de Governança Regional Vale Verde Quedas D'água, tanto o nome da IGR como do circuito foram alterados, passando a chamar Circuito Região Encantos de Minas (SECULT, 2021). Ainda segundo a SECULT “a iniciativa reflete o reposicionamento da Instância, bem como uma abrangência maior, ressinificando os atrativos da região” (SECULT, 2021).

4.1.2 Circuito Trilha dos Inconfidentes

O Circuito Trilha dos Inconfidentes, composto pela Associação do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes, contava com 26 municípios membros no ano de 2024 sendo eles: Alfredo Vasconcelos, Antônio Carlos, Barbacena, Barroso, Carrancas, Candaraí, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Desterro de Melo, Dolores de Campos, Entre Rios de Minas, Ibituruna, Itutinga, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritópolis, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Cruz de Minas, São João Del Rei, São Tiago, São Vicente de Minas e Tiradentes (Minas Gerais, 2024). Nesse Circuito também houve troca de municípios no ano de 2025, deixando de ser associado o município de São Vicente de Minas (Diário Oficial de MG, 19/09/2025).

Figura 3 – Mapa do Circuito Trilha dos Inconfidentes



Fonte: Ministério do Turismo (2025).

Os municípios associados pertencem às mesorregiões do Sul/Sudoeste de Minas, Campo das Vertentes, Oeste de Minas e Metropolitana de Belo Horizonte, dentro das microrregiões de Andrelândia, Barbacena, Lavras, São João Del Rei, Oliveira e Conselheiro Lafaiete.

Para a caracterização dos municípios integrantes do Circuito Trilha dos Inconfidentes, foram utilizados dados oriundos do IBGE.

Tabela 1.2 - Caracterização dos municípios associados ao Circuito Trilha dos Inconfidentes

Município Associado	População	Salário médio mensal	PIB	IDH	Legislação Turística
Alfredo Vasconcelos	6.931	1,8	21.364,59	0,675	Política Municipal de Turismo; Comtur; Fumtur.
Antônio Carlos	11.095	1,8	21.088,32	0,683	Política Municipal de Turismo, Comtur, Fumtur.
Barbacena	125.317	2,0	25.335,18	0,769	Política Municipal de Turismo, Comtur, Fumtur.
Barroso	20.080	1,8	29.022,49	0,734	Lei Comtur, Lei Fumtur, Política Municipal de Turismo.

Carandaí	23.812	2,1	29.108,40	0,697	Comtur, Fumtur, Política Municipal de Turismo.
Carrancas	4.049	1,8	43.842,86		Política Municipal de Turismo, lei Comtur, Lei Fumtur.
Conceição da Barra de Minas	3.560	1,9	17.449,47	0,685	Política Municipal de Turismo, Lei Comtur, Lei Fumtur
Coronel Xavier Chaves	3.486	2,1	26.367,67	0,677	Política Municipal de Turismo, lei Comtur, Fumtur
Desterro de Melo	2.994	1,8	17.657,89	0,631	Política Municipal de Turismo, Comtur, Fumtur
Dores de Campos	10.007	1,7	31.116,02	0,686	Política Municipal de Turismo, Lei Comtur, Lei Fumtur
Entre Rios de Minas	14.746	1,7	17.481,31	0,672	Lei de Política Municipal de Turismo, Lei Comtur, lei Fumtur
Ibituruna	2.698	1,8	19.766,09	0,675	Lei do COMTUR, FUMTUR, Política Municipal de Turismo.
Itutinga	4.217	1,7	46.016,16	0,727	Política Municipal de Turismo, Lei do Comtur, Lei do Fumtur
Lagoa Dourada	12.769	1,9	26.337,64	0,676	Política Municipal de Turismo, Lei Comtur, Lei Fumtur
Madre de Deus de Minas	5.191	1,8	58.993,52	0,699	Lei da Política Municipal de Turismo, Lei Comtur, Lei Fumtur

Nazareno	8.179	2,3	76.794,68	0,690	Política Municipal de Turismo, Lei Comtur, Lei Fumtur
Piedade do Rio Grande	4.604	1,6	24.887,48	0,678	Lei do Comtur, Fumtur, Política Municipal de Turismo.
Prados	9.048	1,4	25.109,69	0,689	Política Municipal de Turismo, Lei Comtur – Fumtur
Resende Costa	11.230	1,7	17.924,97	0,685	Política Municipal de Turismo, Lei Comtur, Fumtur
Ritápolis	4.994	1,8	19.986,09	0,653	Política Municipal de Turismo, lei Comtur, Fumtur
Santa Bárbara do Tugúrio	4.208	1,6	16.098,97	0,637	Política Municipal de Turismo, Lei Comtur, Lei Fumtur
Santa Cruz de Minas	8.109	1,6	11.867,33	0,706	Lei da Política Municipal de Turismo, Lei Comtur, Fumtur
São João Del Rei	90.225	2,4	33.059,97	0,758	Política Municipal de Turismo, Lei Comtur, Lei Fumtur
São Tiago	11.192	1,6	22.414,96	0,662	Política Municipal de Turismo, Lei Comtur, Lei Fumtur
São Vicente de Minas	6.804	1,5	26.169,34	0,715	Política Municipal de Turismo, Lei de Criação do Comtur, Lei Fumtur
Tiradentes	7.744	1,5	25.209,23	0,740	Política Municipal de Turismo, Lei Fumtur, Lei Comtur

Fonte: elaborado pela autora com dados disponíveis no site do IBGE (2025) e Ministério do Turismo (2025).

O Circuito Trilha dos Inconfidentes e sua associação foram fundados em 28 de agosto de 2000 e “teve seu nome escolhido em função da história da região ligada aos Inconfidentes Mineiros” (Trilha dos Inconfidentes). O site destaca ainda, que “a Trilha é uma organização sem fins lucrativos, que busca impulsionar o desenvolvimento do turismo sustentável na região por meio da articulação dos atores governamentais, empresariais e sociedade civil e da gestão de projetos de estruturação e promoção do destino”.

4.2 Abordagem da pesquisa

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi usada a abordagem qualitativa de investigação. Como nos mostra Richardson (2017, p. 65), “a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Para Gil (2021, p. 16), “o que se busca com a pesquisa qualitativa é, mediante um processo não matemático de interpretação, descobrir conceitos e relações entre os dados e organizá-los em um esquema explicativo”. Ainda conforme Gil (2021), a pesquisa qualitativa enfatiza as qualidades de entidades e de processos que não são mensurados em quantidades, mas sim como a experiência social é criada e ganha significado, sendo uma abordagem adequada para atender a um fenômeno social.

O tipo de pesquisa adotada é do tipo exploratória pois é feita “com delimitações claras [...] o pesquisador explora uma questão ou um problema, construindo assim uma compreensão detalhada a partir do exame de um caso ou vários casos” (Cresswell, 2014, p.100).

Dessa forma, o intuito da investigação foi produzir informações que possam contribuir para uma melhor compreensão, análise e gestão dos Circuitos Região Encantos de Minas e o Circuito Trilha dos Inconfidentes, buscando inferências sobre a política de regionalização dos Circuitos Turísticos.

Ademais, a pesquisa buscou oferecer a chance de organizar e expandir o conhecimento sobre os desafios enfrentados pelos gestores na administração conjunta entre os atores envolvidos, servindo como guia para a formulação e gestão de novas políticas públicas de turismo.

4.3 Método de Pesquisa

O método utilizado na pesquisa foi o estudo de caso. Esse método se justifica pois, conforme Gil (2021, p. 19), “o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um

ou de poucos casos, de maneira a permitir um amplo e detalhado conhecimento do fenômeno que se pretende pesquisar”. Ademais, para Gil (2021), o estudo de caso permite que seja investigado um fenômeno contemporâneo, que seja preservado o caráter unitário do fenômeno estudado e ainda não seja separado o fenômeno de seu contexto.

Como mostra Cresswell (2014, p.81), a “pesquisa de estudo de caso deve contar com múltiplas fontes de informação, tais como observação, entrevistas, material audiovisual, documentos e relatórios”. Além disso, o autor destaca que devem ser reunidos amplos materiais provenientes de diferentes fontes de informação para dar profundidade ao quadro do caso. Para isso, serão utilizadas fontes primárias e secundárias, descritas a seguir.

Para Gil (2021, p.75), a coleta de dados “constituem as peças básicas na construção de qualquer pesquisa”. Cresswell (2014, p.117), também destaca a “coleta de dados como uma série de atividades inter-relacionadas que objetivam a reunião de boas informações para responder às perguntas da pesquisa”. Ainda segundo o autor, a coleta de dados pode ser vista como um círculo constituído pela escolha do local ou indivíduo, obtenção de acesso, amostragem intencional, coleta dos dados, registro das informações, solução das questões de campo e armazenagem dos dados.

Para o Circuito Região Encantos de Minas foram coletados dados de 2001 a 2024, sendo o ano de 2001 o de fundação dessa associação. Quanto ao Circuito Trilha dos Inconfidentes, foram coletados dados dos anos de 2000 a 2024, sendo o ano de 2000 o de fundação da associação.

As principais fontes de dados primários foram as entrevistas. Elas foram aplicadas a partir de roteiros semiestruturados realizadas com atores envolvidos em ambas as Associações dos Circuitos estudados. O roteiro de entrevistas seguiu as diretrizes determinadas pela Resolução 510/2016, sendo as perguntas aprovado pelo Comitê de Ética através do Parecer 7.865.798, logo após a aprovação teve início a aplicação das entrevistas. Tal fase iniciou-se em outubro de 2025 e encerrou-se em dezembro de 2025, sendo todas elas gravadas com a devida autorização dos (as) entrevistados (as).

Como nos mostra (Gil, 2021, p.95), “a entrevista é reconhecida como uma das técnicas mais importantes para a coleta de dados em pesquisas qualitativas”. Richardson (2017, p. 223) mostra ainda que “a vantagem dessa técnica é a sua flexibilidade e a possibilidade de rápida adaptação. A entrevista pode ser ajustada, quer ao indivíduo, quer às circunstâncias”.

Quanto à escolha dos atores envolvidos, Cresswell (2014, p.124) aponta a importância na seleção desses atores envolvidos a serem selecionados para as entrevistas, para o autor é

“essencial que todos os participantes tenham experiência do fenômeno que está sendo estudado”. Ainda segundo Cresswell (2014, p. 124) o “critério de amostragem funciona bem quando todos os indivíduos estudados representam as pessoas que experimentaram o fenômeno”.

Diante disso, a escolha dos atores entrevistados se deu de forma intencional, por serem membros ou ex-membros das associações pesquisadas tais como: gestores (as), presidente, vice-presidente, diretores, consultores (as), conselheiros (as) e assessores. A quantidade de entrevistas realizadas foi considerada suficiente ao objetivo da pesquisa, pois foram entrevistadas pessoas que ocupam ou ocuparam cargos e exercem ou exerceram funções estratégicas diretamente relacionados com as Associações pesquisadas no que diz respeito à tomada de decisões, planejamento, execução, gestão e implementação das ações.

As entrevistas se estruturam em pautas, que tem o intuito de aprofundar a discussão das informações. As pautas foram organizadas em sete eixos temáticos, contendo um total de 36 perguntas estruturadas, conforme consta no Apêndice. Os eixos temáticos foram organizados da seguinte forma: histórico do entrevistado na associação, fundação da associação, trajetória e funcionamento, parcerias, regionalização e papel da SECULT-MG, divulgação, questões patrimoniais e financeiras. No final da entrevista foi aberto espaço para os entrevistados (as) acrescentarem pontos que consideram relevantes e que não foram abordados ao longo do questionário.

Para a realização das entrevistas os encontros foram agendados por WhatsApp e realizadas tanto de forma presencial como on-line. Os atores entrevistados foram identificados por códigos, indicando os cargos ou relação que tiveram com os circuitos.

Sendo as funções que eles desempenharam descritas a seguir:

- a) EA1 - Ex-gestora do Circuito Região Encantos de Minas de 2005 a 2009 e conselheira representando o Município de Lavras de 2009 até o período atual;
- b) EA2 - Gestora do Circuito Região Encantos de Minas de 2016 até o período atual;
- c) EA3 - Vice-presidente do Circuito Região Encantos de Minas de 2018 a 2020, presidente de 2020 a 2024 e atual tesoureiro;
- d) EA4 - Diretor técnico do Circuito Região Encantos de Minas de 2017 a 2024 e representante do Município de Oliveira;
- e) EB1 - Gestor de 2012 do Circuito Trilha dos Inconfidentes até o período atual e consultor técnico de 2010 a 2012;

- f) EB2 – Conselheira do Circuito Trilha dos Inconfidentes e representante do Município de Carrancas;
- g) EB3 – Assessora do Circuito Trilha dos Inconfidentes de 2010 até o período atual.
- h) EB4 – Conselheiro do Circuito Trilha dos Inconfidentes como representante da iniciativa privada.

A fim de embasar a pesquisa na coleta de dados foi feita uma pesquisa documental, onde foram utilizadas fontes secundárias, a partir de revisão de literatura, como dissertações e teses, além de livros, periódicos, revistas, jornais e internet. Sites como da SECULT-MG, do MTur e das Associações pesquisadas foram consultados como fontes relevantes para análise da atual estruturação da política de turismo em nível estadual e federal, bem como a legislação relacionada ao tema.

Para Gil (2021), a consulta em fontes documentais é imprescindível em qualquer estudo de caso, assumindo papel complementar na construção da teoria fundamentada. “O principal valor da análise documental na pesquisa qualitativa é, pois, possibilitar a triangulação metodológica, que se refere ao uso de múltiplos métodos para obter dados tão completos e detalhados quanto possível sobre o fenômeno” (Gil, 2021, p.128).

Com o objetivo de compreender de forma mais específica as políticas adotadas na associação e o desenvolvimento dessas políticas, foram utilizadas, como fonte secundária, pesquisa em documentos tais como atas, regimento interno e estatutos consultados nos circuitos que fazem parte da pesquisa. Além do site do Circuito Trilha dos Inconfidentes e das prefeituras dos municípios associados aos circuitos. Essas consultas deram suporte para identificar aspectos da implementação, trajetória e funcionamento das associações estudadas, com foco principal na fundação, trajetória e desenvolvimento, parcerias e regionalização e papel da SECULT-MG.

A utilização de uma técnica de análise de dados procura remeter ao tipo de metodologia utilizado para interpretá-los. Como estamos tratando de uma pesquisa qualitativa, é necessária uma sistematização dos dados encontrados a fim de destacar pontos importantes da pesquisa que favoreçam o entendimento dos objetivos.

Para Gil (2021) o processo de análise dos dados segue três fluxos concorrentes de atividade: 1. condensação dos dados; 2. apresentação dos dados; e 3. desenho e verificação da conclusão.

5 Resultados e discussão

Neste capítulo, são apresentados os resultados encontrados na pesquisa de forma a responder o problema inicial e os objetivos do estudo. Para analisar as trajetórias das Associações dos Circuitos Encantos de Minas e Trilha dos Inconfidentes foram feitas sistematizações das entrevistas organizando em 4 blocos de análise, sendo eles: fundação, trajetória e funcionamento, parcerias, regionalização e papel da SECULT e por fim, divulgação, questões patrimoniais e financeiras.

5.1 Um olhar sobre a Associação do Circuito Turístico Região Encantos de Minas

5.1.1 Fundação, trajetória e funcionamento

A Associação do Circuito Turístico Região Encantos de Minas é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo estatuto e pela legislação do país, conforme indicado em seu estatuto (Associação do Circuito Turístico Região Encantos de Minas, 2022).

Sua criação aconteceu

no dia 19 de julho de 2001 no município de Lavras, onde foi realizada eleição para diretoria e presidência, além da aprovação do Estatuto. Estiveram presentes os representantes dos municípios de: Luminárias, Lavras, Três Corações, Carmo da Cachoeira, São Thomé das Letras, Carrancas, Itumirim, Ingai e São Bento Abade (Santos, p. 52, 2017).

Sua fundação foi simultânea à implementação da política de regionalização do Estado, no ano de 2001, porém, durante o período de 2001 a 2005, não existem registros das atividades da associação. Podem ter ocorrido reuniões informais, mas não foram encontrados registros formais desse período (Silva, 2017). A entrevistada EA1 corrobora a informação e relata que “a conversa começou em 2001 com os prefeitos da região e em 2005 teve início a associação formal com registros de documentos e regularização do CNPJ, passando o Circuito a ser certificado” (Entrevistada EA1).

Para todos os entrevistados do Circuito Região Encantos de Minas a principal motivação para a fundação da Associação foi a criação do Programa de Regionalização do Turismo, desenvolvido pelo governo do estado de Minas Gerais e a busca pela formalização para atender aos requisitos legais. Como mostra a fala do entrevistado EA2:

As associações dos circuitos surgiram advindas da política de regionalização do turismo, que é um programa do governo do Estado, quando o governo criou o programa pra fazer mesmo a regionalização. Fazer os municípios se desenvolverem de forma regionalizada, foram criadas as associações para poder realizar esse trabalho. A grande motivação foi essa, atender aos requisitos da regionalização (Entrevistado EA2).

Segundo relatos das entrevistadas EA1 e EA2, houve apoio das prefeituras na constituição do circuito, “foi iniciativa tomada por prefeitos mesmo, isso ganha mais força do que um simples agente público que trabalha com turismo” (Entrevistada EA1). Silva (2017) aponta em seus estudos, que houve apoio da Faculdade Presbiteriana Gammon, do município de Lavras, que na época, ofertava o curso de Bacharelado em Turismo.

A entrevistada EA1 destaca que, anteriormente, era trabalhada a municipalização do turismo pelo governo que, posteriormente, passou a ser trabalhada a regionalização. Segundo Trentin e Fratucci (2011) o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) tinha como objetivo geral o fomento e desenvolvimento do turismo sustentável nos municípios brasileiros. Para os autores, o programa foi criado como resposta a análise e reflexão sobre a péssima qualidade dos serviços turísticos brasileiros, indicando a necessidade de uma reformulação das políticas públicas.

Ainda com base em Trentin e Fratucci (2011), identificou-se a necessidade de estabelecer um processo de descentralização do setor, os autores indicam que saía o sentido federal → municipal e entrava o sentido municipal → federal, partindo da premissa de que é nas comunidades locais que é possível obter uma participação mais ativa e efetiva, uma vez que a proximidades dos cidadãos com os governantes locais é bem maior. No entanto, no primeiro governo do presidente Lula, a gestão do turismo foi novamente reestruturada, passando a ter o seu “recorte territorial baseado no conceito de região como espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares, trabalhando de forma integrada” (Trentini e Fratucci, 2011, p. 842).

Apesar da Associação do Circuito Vale Verde e Quedas D’água ser criada no ano de 2001, os Circuitos Turísticos só tiveram sua formalização legal no ano de 2003, com a publicação do decreto 43.321, de 8 de maio de 2003. A falta de previsão legal pode ter comprometido o desenvolvimento das atividades no período de 2001 a 2004, período que antecede a criação legal e formal da associação com a constituição do CNPJ. “No período desses quatro anos não houve registros de reuniões em ata, podem ter ocorrido reuniões informais entre

os gestores públicos, mas não se encontrou nem se teve acesso a tais registros. Após esse período as atividades da Associação foram retomadas” (SILVA, p. 53, 2017).

Sobre a origem do nome Circuito Vale Verde e Quedas D’água, segundo a entrevistada EA1, o nome foi sugerido pela prefeita de São Bento Abade na época refletindo as características e belezas da região.

Porém, no ano de 2022 o nome do Circuito foi alterado para Circuito Turístico Região Encantos de Minas. A mudança formal ocorreu em uma reunião no município de Lavras, onde foram propostas mudanças no Estatuto e Regimento Interno da Associação do Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D’água, passando a denominação de Associação do Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D’água para Associação do Circuito Turístico Região Encantos de Minas, bem como a alteração de seu nome fantasia.

No artigo 1º - A Associação do Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D’água é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente Estatuto e pela Legislação do país, que lhe for aplicável. Houve alteração para: Artigo 1º - A Associação do Circuito Turístico Região Encantos de Minas é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente Estatuto e pela Legislação do país, que lhe for aplicável. “Artigo 2º - Para os efeitos publicitários, promocionais e mercadológicos, a Associação usará o nome fantasia de Vale Verde e Quedas D’água, e terá o seu nome e sua logomarca devidamente registrada em órgão competente, e seu uso será definido em Regimento Interno”. Com a mudança: “Artigo 2º - Para os efeitos publicitários, promocionais e mercadológicos, a Associação usará o nome fantasia: Região Encantos de Minas, Instância de Governança Regional Encantos de Minas e terá o seu nome e sua logomarca devidamente registrada em órgão competente, e seu uso será definido em Regimento Interno” (Associação do Circuito Vale Verde e Quedas D’água, 2022).

Os entrevistados EA2, EA3 e EA4 e EA5 relataram um desgaste do nome Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D’água e a necessidade de reposicionamento da marca. Já a entrevistada EA1 inicialmente não apoiou a alteração do nome, no entanto, atualmente acredita ter sido boa a mudança.

Questionados sobre os impactos da mudança de nome os entrevistados EA1, EA2, EA3 e EA4 concordaram que a alteração foi fruto de um estudo de recolocação no mercado desenvolvido pelo SEBRAE e realizado com profissionalismo e cuidado. O entrevistado EA3 opina que o nome Vale Verde e Quedas D’água era muito geral, pois Minas Gerais é conhecida por ser um vale de quedas d’água. Como os membros associados viram que as cidades que compunham a região tinham muita diversificação turística, optou-se por contratar o SEBRAE para que desse uma identidade mais fiel a IGR, inclusive uma nova identidade visual.

Ainda conforme o entrevistado EA3, o novo nome Região Encantos de Minas traz múltiplos significados. A palavra “encantos” remete a “em cantos”, fazendo referência aos rincões da região, mas também quanto à música da região, além das belezas que encantam. Para ele, essa diversidade de sentidos representou melhor a região e justificou a escolha. A entrevistada EA2 complementa dizendo ter percebido uma maior motivação dos envolvidos com a Associação após a nova denominação: “Secretários e prefeitos ficaram mais empenhados em divulgar, despertando um senso de pertencimento aos membros associados” (Entrevistada EA2).

Sobre os problemas causados pela alteração a entrevistada EA2 relatou que, “a maior dificuldade foi burocrática, pois é trabalhoso e caro realizar as alterações legais necessárias” (Entrevistada EA2). Já a entrevistada EA1 alegou que toda a divulgação, inclusive a sinalização turística eram feitas com o nome antigo. Destacou ainda, que as placas nas rodovias não foram trocadas até hoje.

Quanto à trajetória e funcionamento da associação, constatou-se a partir das respostas dos entrevistados, que o principal plano de trabalho a ser desenvolvido pela Associação se fundamenta na regionalização. Conforme a entrevistada EA2 “existe um plano de trabalho voltado para regionalização nos termos que o Ministério do Turismo e o governo de estado pedem”. Ainda com base na entrevistada EA2 a Associação realiza todos os trâmites de documentação, regionalização, certificação, mapa do turismo, ICMS do critério turismo. Ou seja, qualquer requisito que venha do Estado ou do Ministério do Turismo que passe pela Associação na hierarquia é respondido e os municípios são auxiliados pela associação quando necessário.

Para a entrevistada EA1, uma das principais funções da Associação é exercer um trabalho de política pública, respondendo aos levantamentos demandados pela SECULT. A entrevistada EA1 aponta que o funcionamento segue uma ordem na qual os municípios associados respondem ao gestor da Associação, esse responde diretamente a SECULT, que repassa as informações para o Ministério do Turismo para que sejam realizados os trabalhos e mapeamento do turismo, como por exemplo de oferta e demanda. Para a entrevistada EA1, o trabalho “acaba sendo muito de números dentro da prefeitura mesmo, o que o município está fazendo, o que está realizando, quanto de dinheiro está gastando para desenvolver o turismo.

Conforme os entrevistados EA1, EA2, EA3 uma das funções da Associação é apoiar os municípios nas demandas burocráticas do dia-a-dia. Diante das respostas apresentadas pelos entrevistados, percebeu-se que o apoio a regulamentação é um dos maiores trabalhos

desenvolvidos. Apoiando os municípios para terem Fundo de Turismo (FUMTUR) e Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) ativos e atenderem as demandas para recebimento do ICMS Turismo. A entrevistada EA2 observa que “os municípios que levam isso (regulamentação) mais a sério, se desenvolvem melhor”.

O ICMS Turismo foi indicado como um ponto relevante para os municípios se associarem uma vez que, como aponta o entrevistado EA4, ser integrante de uma IGR é uma das obrigatoriedades: “para obtenção do ICMS os municípios buscam as IGRs, que é uma obrigatoriedade, apesar de saber que a IGR vai muito além disso, mas a gente observava que muitos municípios tinham por objetivo mesmo receber o ICMS” (Entrevistado EA4).

Quanto ao ICMS Turismo, Minas Gerais mais uma vez se apresenta como um estado pioneiro “pela primeira vez na história da economia brasileira, municípios passaram a receber recursos do ICMS para trabalhar a sua gestão turística” (Sette, 2017, p. 121, 122).

Sobre o ICMS Turismo, é interessante confrontar com estudos realizados por Silva (2017) quando, na época, as cidades integrantes do circuito tinham pouco informação ou interesse em viabilizar a documentação para receber recursos desse imposto. Atualmente houve um avanço significativo nesse quesito, pois os municípios integrantes da associação recebem o repasse. O entrevistado EA3 ressalta que a Associação trabalha com os prefeitos para que os valores do ICMS Turismo tenham como destino ações voltadas para a promoção turística.

Outro ponto abordado pelos entrevistados EA3 e EA4 foi a importância na mudança da legislação sobre a alíquota do ICMS Turismo com a atualização da Lei nº. 18.030/2009 pela Lei nº. 24.431/2023, aumentando a alíquota de repasse para os municípios de 0,1% para 0,5% a partir de 2024. Para ter acesso ao repasse do ICMS Turismo a legislação prevê que os municípios tenham elaborada e em implementação uma política municipal de turismo, COMTUR constituído e em regular funcionamento e Fundo Municipal de Turismo também constituído e em regular funcionamento. Porém, o Entrevistado EA3 chama a atenção para o fato de o turismo ter grande representatividade na arrecadação de Minas Gerais, e ser destinado apenas 0,5% para o seu desenvolvimento.

Stephan e Reis (2021) destacam que, de todo o ICMS arrecadado pelo governo mineiro, 25% são repassados aos municípios, sendo que 0,5% desse valor é dedicado exclusivamente ao turismo. Os mesmos autores ressaltam a importância do ICMS Turismo para o desenvolvimento da atividade:

Antes desse programa, os municípios possuíam um potencial a ser trabalhado e muitos possuíam vontade de alavancar seu turismo, porém esbarravam nas questões financeiras. A criação do ICMS Turismo também fez com que

ocorresse um fortalecimento de alguns circuitos turísticos (Stephan e Reis, 2021, p. 176).

Estudos de Soares, Emmendoerfer e Monteiro (2012), apontam que um efeito impulsionador do desenvolvimento do turismo nos destinos foi identificado, mostrando que o ICMS Turismo pode contribuir de diferentes formas para a participação social e o desenvolvimento turístico em destinos indutores:

1) destinos cujas administrações públicas locais não valorizavam o turismo e agora, estimuladas pela possibilidade de ganhar o repasse do ICMS, estão valorizando mais a atividade, aumentando a dotação orçamentária e ampliando a equipe de trabalho; 2) alguns Conselhos foram reativados ou criados e estão funcionando ativamente motivados pelo ICMS Turístico; 3) Circuitos Turísticos que estão aproveitando o critério de pertencer a um circuito e só emitem o certificado de filiação caso o destino esteja em dia com alguns subcritérios elaborados pelo circuito; 4) destinos que, por meio do COMTUR, estão trabalhando na criação de um plano de turismo voltado para a sustentabilidade da atividade e de maneira participativa; 5) destinos que, apesar de terem COMTUR funcionando, tinham dificuldades de conseguir a aprovação da Prefeitura para o FUMTUR e, por conta da pressão para o recebimento do ICMS Turístico, conseguiram que a Prefeitura liberasse o fundo (Soares, Emmendoerfer e Monteiro, 2012, p. 317).

Todos os entrevistados apontaram que o apoio fornecido pela Associação aos municípios para o desenvolvimento do turismo na região não é financeiro, mas acontece na forma de suporte técnico, consultoria e treinamento. Entretanto os entrevistados EA1, EA2 e EA3 destacam a equipe reduzida da Associação, são apenas dois funcionários contratados, essa falta de pessoal dificulta os trabalhos da Associação.

Além dos trabalhos de apoio técnico, a Associação desenvolve outras atividades como “os trabalhos de marketing, divulgação dos destinos e desenvolvimento de um guia e catálogo de destinos no qual os turistas conseguem saber o que eles têm para vivenciar de experiências, produtos e eventos na região (Entrevistada EA2). Conforme os entrevistados EA2 e EA5 existe um trabalho de divulgação nacional e internacional em feiras de turismo onde o catálogo de destinos é divulgado.

No entanto, um entrave apresentado pelos entrevistados EA3 e EA4, é o de se presar mais a promoção que a infraestrutura regional. Segundo o entrevistado EA3 “o próprio Estado, através da SECULT, presa muito mais a promoção do que a infraestrutura”. Para ele estão sendo promovidas mais feiras e viagens, deixando a desejar quanto a promoção do próprio circuito, que é o responsável por receber o turista. É necessário fazer que ele tenha suporte para que o turista esteja aqui, não se pode querer vender o produto e não ter infraestrutura para vender esse produto. O entrevistado EA4 reforça esse entendimento quando diz “precisa fomentar o

receptivo turístico em cada IGR, não adianta criar, trabalhar, produzir produto que não é possível de trabalhar”.

Segundo Beni (2001 apud Pimentel e Pimentel, 2015, p. 3),

o turismo é um sistema de atividades e processos relativamente autônomos, mas interdependentes, que são estruturados e organizados, com maior ou menor grau de formalização, pelas organizações (em seus diversos formatos e estatutos jurídicos) específicas do setor (ex.: operadoras e/ou órgãos públicos de gestão) e também, em parte, pelos próprios atores sociais (trabalhadores, residentes e turistas), no sentido de prover um produto, em geral na forma de uma experiência, a ser consumido.

Diante do exposto, as falas dos entrevistados EA3 e EA4 mostram-se relevantes, pois evidenciam que o turismo é uma atividade dependente de diversos fatores para sua efetivação. Nesse sentido, sob a perspectiva da oferta do destino turístico, torna-se necessária a articulação entre diferentes empresas e organizações para a constituição de um produto turístico, uma vez que a ausência dessa infraestrutura pode comprometer a experiência do turista.

Silva (2017) confirma a percepção dos entrevistados quando diz:

para o desenvolvimento do turismo, o elemento tão importante quanto a indução à articulação dos agentes, em uma região turística, são os investimentos do Estado em saneamento, transportes e educação nas regiões turísticas, pois um dos fatores que impedem que o turismo se desenvolva no Brasil é a falta de infraestrutura básica (Silva, 2017, p. 77).

Outra dificuldade apontada pelo Entrevistado EA3, que para ele está presente desde a fundação do Circuito, é a sensibilização dos municípios para atuarem em conjunto, trabalhar a região e, na sequência, desenvolver a intercessão entre os Circuitos. Para ele, se não houver o trabalho dentro das cidades que compõem os circuitos, torna-se inviável fazer o trabalho de inter-regionalização com as IGR.

Referente aos problemas enfrentados pela Associação, conforme relatos dos entrevistados, o principal problema enfrentado é a rotatividade dos municípios membros e a descontinuidade das políticas públicas. Como podemos ver nas falas de todos os entrevistados.

O entrevistado EA1 destaca que o programa de regionalização:

É um programa do governo de estado, mas o executivo que está naquela gestão vai escolher em qual circuito quer ficar e, às vezes, isso pode ser uma coisa até pessoal. Mudou a gestão municipal, os cargos de confiança são trocados e demora 6 meses, até 10 meses passando o que é Região Encantos de Minas, qual é o nosso trabalho (Entrevistado EA1).

O entrevistado EA2 corroborando com a ideia ao também apontar a necessidade de se iniciar a capacitação dos gestores quando acontecem as mudanças de gestão municipal.

Eu acho que o principal problema de Associações que trabalham com prefeituras é a alternância de poder ... geralmente a gente leva um tempo até formar esses gestores, esse processo de formação também compete a nós. As vezes o prefeito coloca um gestor que não tem formação para aquilo, se a gente não passa por esse trabalho de ensinar eles não conseguem sair do lugar. Quanto eles estão formados, troca o prefeito e entram outros. É uma sensação de vai adiante e volta atrás. Quando a gente pensa que vai chegar em um patamar, volta (Entrevistado EA2).

Na opinião do entrevistado EA4 essas mudanças a cada gestão dificultam um planejamento a longo prazo:

Essa flexibilidade de mudança de circuitos prejudica demais. Isso traz um problema não só para o seu município, mas para todo um planejamento de território que é desenvolvido e que, de uma hora para a outra muda, você não tem como prever. Sempre em períodos de eleições municipais a gente não tem previsão nenhuma do que vai acontecer no próximo ano, quantos municípios vão estar, quantos vão sair. Isso do ponto de vista de planejamento, de desenvolvimento de território é muito prejudicial. É pior essa situação do que a falta de investimento direto e pesado do Governo de Estado (Entrevistado EA4).

O entrevistado EA5 aponto que muitas vezes essa descontinuidade é proposital. “É aquilo que a gente sempre vê: entra prefeito, faz uma coisa; o outro entra e não quer que o que o anterior fez apareça. Aí abandona uma coisa que talvez estava sendo ascendente, um grande projeto”.

Nos estudos realizadas por Silva (2017) o problema de alta rotatividade no Circuito Vale Verde e Quedas D’água já havia sido identificado. A autora percebeu que as relações para fundação da associação estiveram associadas a um contexto político da época e que com o passar dos anos a associação teve suas relações fragilizadas entre os integrantes, sendo a alta rotatividade um dos fatores.

Para mitigar esse problema, o entrevistado EA4 sugere que seria bem mais efetivo “se o Estado fizesse uma pesquisa dentro dos municípios e criasse essas regiões”. Como mostra Sette “o processo de definição dos municípios que integrarão cada circuito, assim como a nomenclatura a ser adotada, é feito pelos próprios membros, sem intervenção direta da Setur-MG” (Sette, 2017, p. 120).

Para Tavares, Vieira Junior e Batista (2011), talvez o maior impedimento para ao planejamento estratégico dos Circuitos Turísticos seja a descontinuidade dos projetos políticos

locais e regionais em razão da alternância de poder que ocorre de forma periódica. Os mesmos autores propõem como melhor solução “dotar de independência e autonomia os setores responsáveis pelo planejamento da área turística, permitindo a implementação de estratégias de curto, médio e longo prazo” (Tavares, Vieira Junior e Batista, 2011, p. 663).

Sobre os principais motivos de desligamento dos municípios associados, o motivo em sua maioria é político, como a troca de prefeitos. Estudos realizados por Silva (2017), apontaram que nos anos iniciais da associação os desligamentos aconteciam “por não ter repasse de recursos financeiros, ou seja, a contribuição formal dos municípios” (Silva, 2017, p. 61).

Confrontando os estudos de Silva (2017) e a resposta dos entrevistados nessa pesquisa, podemos ver uma alteração no principal motivo de desligamento de municípios associados. O desligamento atualmente passou a ser mais por motivos políticos que por motivos financeiros, havendo troca de municípios entre circuitos. Uma das possíveis explicações para essa mudança é o repasse do ICMS Turismo, que apoia no pagamento das mensalidades dos associados.

A entrevistada EA2 chamou a atenção para a perda do município de Varginha, que foi considerada pela entrevistada uma perda significativa. No entanto, ela informa que no ano de 2024 a circuito estava passando por um momento de baixa motivação, sem força política. Para ela a associação “precisa ter prefeitos representativos, fortes e atuantes, se não, não consegue conversar bem e pode acontecer a perda de municípios estratégicos. Isso também diz sobre o circuito, que está deixando a desejar” (Entrevistada EA2). Para o entrevistado EA3 “a perda de Varginha foi doída, pois era um polo no centro do circuito”.

Ainda segundo a entrevistada EA2, é importante analisar essas perdas e admissão de municípios associados de forma técnica. Para ela a associação aceita municípios que não estão no mapa do turismo, que não recebem ICMS Turismo. Após o trabalho da associação os municípios passam a receber os benefícios que são entregues pela associação e, na sequência, abandonam o circuito por questões políticas. “Todo o investimento no trabalho de regionalização é perdido, comprometendo o plano de trabalho já realizado” (Entrevistada EA2). A mesma entrevistada relata que atualmente, dos 13 municípios integrantes da Associação, somente os dois últimos a entrarem (Cana Verde e Ingaí) não integram o Mapa do Turismo.

Todos os entrevistados indicaram que o número de municípios que compõem a Associação tem se mantido entre 13 e 14 ao longo dos anos. Para o entrevistado EA4, articular

um território com mais de 15 municípios fica mais difícil, ainda para ele, todas as IGR buscam trabalhar com um número menor que 15 municípios.

Quanto a participação da Associação em Conselhos, conferências, planos diretores ou orçamentos participativos, os entrevistados relataram que a Associação participa quando solicitada. De acordo com a entrevistada EA2, “no momento, não existe nenhum convite, mas no passado já houve”. O entrevistado EA3 informa que, diretamente, a Associação não participa de conselhos, mas os municípios que compõem a IGR têm que participar de conselhos. Dessa forma, para ele a IGR participa de forma indireta.

O entrevistado EA4 relata não se recordar da participação da IGR de forma efetiva no desenvolvimento de planos municipais. No entanto, ainda na fala do entrevistado EA4, “a Associação buscava articular reuniões entre profissionais de turismo dos municípios participantes, promovia uma troca de ideias entre os profissionais para a elaboração de alguns tipos de ações”.

5.1.2 Relações de parcerias

No que se refere às parcerias e interações com o poder público, a sociedade civil, o empresariado, outros circuitos, o Sistema ‘S’ e a FECITUR, cabe destacar que a SECULT entende que o trabalho das IGR deve ser desenvolvido de forma articulada “por meio da integração contínua dos municípios, gestores públicos, iniciativa privada e sociedade civil, consolidando uma identidade regional e protagonizando o desenvolvimento por meio de alianças e parcerias (SECULT, 2020, s/p).

Quando questionado sobre as relações que a Associação estabelece com o poder público local, como prefeituras e Câmaras de Municípios, a entrevistada EA2 acredita que não se deve diferenciar Associação de Município. “Não existe uma associação e um município, são uma coisa só. Eu sou o Circuito Região Encantos de Minas enquanto município”. O entrevistado EA4 confirma essa visão ao opinar que “na verdade a IGR nada mais é do que os próprios municípios. Quando você fala de ações da IGR, são ações que os municípios fazem”. A entrevistada EA1 acredita que a relação com o poder público local é mais de formalização, para atender as exigências legais do ICMS Turismo. Quanto a relação com as Câmaras Municipais, os entrevistados EA1, EA2 e EA3 informaram que em caso de necessidade de aprovação de leis relacionadas a turismo a Associação vai nas reuniões para apoio na aprovação.

Quando questionados sobre as relações com outros Circuitos, os entrevistados EA1 e EA2 e EA3 indicam que existem relações de parcerias e de rivalidade. Como podemos ver nas

falados dos entrevistados: “assim, um circuito quer ser melhor que o outro” (Entrevistada EA1). “Alguns circuitos assediam outros municípios para mudarem” (Entrevistado EA3). O entrevistado EA4 opina que as relações entre circuitos vão depender muito das relações entre gestores e presidentes, mas não sabe indicar nenhum caso de parceria bem estruturada na Região Encantos de Minas.

A entrevistada EA1 lembra que na época em que era gestora havia uma relação muito boa com a ALAGO (Associação do Lago de Furnas), que fez trabalhos com as Associações dos Circuitos Turísticos: “Foi uma época que a ALAGO fez um trabalho com os circuitos e foi uma época que a gente tinha uma conversa muito afiada com esses circuitos”. No entanto, essa parceria não existe mais. A entrevistada EA 2 acredita que, para haver uma relação de parceria, é necessário haver uma relação de confiança. Para ela, essa relação se dá com alguns circuitos, onde acontecem “intercâmbio de palestras, intercâmbio de eventos, gestores que passam conhecimentos para outros” (Entrevistada EA2).

Para Tomazzoni e Costa (2015), para que a cooperação possa avançar e superar alguns entraves gerados pela rivalidade, é necessária a criação de laços de confiança recíprocos entre os municípios. No que se refere ao circuito, pode-se adotar o mesmo entendimento, uma vez que a construção de relações de confiança se mostra necessária para o desenvolvimento conjunto dos circuitos. Tomando por referência a resposta dos entrevistados, percebe-se a existência de interações com os outros circuitos com pouca profundidade, fragilidade nas relações de confiança e lanços fracos de parceria.

Quanto a relação com o Sistema ‘S’, os entrevistados indicaram que são parceiros, principalmente, o SEBRAE e em menor escala o SENAC, que faz trabalhos diretamente com os municípios e a Associação. Como exemplo, a entrevistada EA1 indica que o município de Lavras fez um estudo de vocação turística que foi realizado em parceria entre o SEBRAE e a Associação. O entrevistado EA3 acredita ser o SEBRAE o maior parceiro da Associação.

Sobre as parcerias com as empresas privadas, a entrevistada EA2 acredita que o alvo da associação é o empresariado. Para ela a associação tem tentado conversar com os empresários, mas a dificuldade de entenderem o que é a Associação e o trabalho desenvolvido por ela é um entrave nessa parceria.

A Associação já percebeu que se mantiver a conversa só entre prefeituras vai continuar onde está para sempre. O que as prefeituras podem oferecer é isso, correndo o risco de perder tudo a cada quatro anos. Com o empresário, se for bem articulado, pode trabalhar para a nossa manutenção. A gente tem tentado conversar com essas pessoas (Entrevistada EA2).

O entrevistado EA3 corrobora a ideia da necessidade de diálogo e parceria com o setor privado: “não é possível fazer turismo sem uma rede hoteleira, por exemplo”. Para ele, as empresas precisam entender que elas são corresponsáveis pelas ações de turismo. A entrevistada EA1 informou que desde a criação da Associação tentou-se parcerias com pelo menos 3 empresário, mas não conseguiram até hoje. O entrevistado EA4 relata que desde a criação, no estatuto, é prevista a participação de empresas privadas, mas ele desconhece a participação de forma mais efetiva na IGR. De acordo com ele “existe uma animosidade do empresariado com aquilo que é público. O grande desafio é todo mundo abraçar a causa e desenvolver o segmento” (Entrevistado EA4).

Nesse ponto, pesquisas realizadas por Silva (2017) apontaram essa fragilidade como histórica na Associação:

Na caracterização das relações com empresas privadas, na opinião do entrevistado E2 não há essa relação, sendo um dos motivos de dificuldades da associação. A entrevistada E4 alegou que convidavam algumas empresas, mas não mantínhamos essa parceria. A entrevistada E3, disse que tentavam parcerias, mas como a Política Pública no turismo não é muito difundida havia dificuldade nessas relações. Portanto, contávamos apenas com empresas que queriam divulgar algum produto, como aqueles que seriam vendidos prioritariamente para turistas. Por fim, o entrevistado E1 informou que houve parcerias na confecção de alguns materiais, e na participação de eventos, porém os últimos dois anos foram mais difíceis essas relações externas (Silva, 2017, p. 67).

Diante disso, tanto as pesquisas realizadas por Silva (2017) como a atual mostraram que, mesmo diante do reconhecimento dos entrevistados da importância das relações com o setor privado, não houve avanços nessas relações ao longo dos anos.

Referente as relações com a sociedade civil ou com outras entidades, a entrevistada EA2 informa não haver diálogo com a sociedade civil, para ela há uma dificuldade muito grande em conversar com a sociedade. O entrevistado EA4 relata que a Associação participava de quase todos os eventos relacionados a turismo, buscando trazer para a população o que era a IGR, qual a importância e o que é a política de regionalização, mas sem grande participação da sociedade civil de forma mais efetiva.

O estatuto da Associação do Circuito Região Encantos de Minas prevê, em seu artigo 4º “A permanente busca da integração com as comunidades associadas, visando soluções para o turismo sustentável para melhoria da situação socioeconômica dos cidadãos, tendo por premissas a equidade, a justiça e a conservação ambiental e cultural” (Associação do Circuito Região Encantos de Minas).

O mesmo entrevistado EA4 acredita serem deficitárias as parcerias da Associação, para ele, as universidades deveriam ser parceiras, com objetivo de executar ações com técnica, na busca de desenvolver o turismo com critérios econômicos, ambientais e sociais. Segundo Rolim e Serra (2009 apud Santos, 2017), a universidade possui forte impacto no processo de Desenvolvimento Regional, através dela é possível estabelecer vínculos e compromissos intensos com o futuro da região e o produto do seu trabalho, uma vez que tem como referência a qualidade acadêmica universal. Suas ações devem estar voltadas para a superação das questões e dificuldades da região. A distinção entre ser e estar na região faz toda a diferença para o Desenvolvimento Regional. Já o entrevistado EA3 relata que a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE) está aparecendo como parceira, principalmente através de repasse financeiro.

De acordo com Pimentel e Pimentel (2019) a formação dos circuitos turísticos deveria ocorrer por livre iniciativa dos municípios, devendo a formação das IGR envolver a participação social, o compartilhamento de responsabilidades e a cooperação multissetorial. Para os autores, esse modelo de pressupõe a participação ativa da sociedade para definição das prioridades necessárias ao desenvolvimento do turismo, visando que as comunidades se envolvessem de modo ativo e consciente.

No entanto, como mostra a pesquisa, esse objetivo de integrar a sociedade nas IGR não tem sido alcançado, mesmo havendo previsão no estatuto da Associação. Diante das respostas apresentadas, é possível constatar deficiências no diálogo entre a Associação e a sociedade, bem como desconhecimento e resistência da população em participar.

Questionados sobre o apoio dado pela FECITUR a Associação, os entrevistados EA1, EA2, EA3 e EA4 destacaram a influência da FECITUR junto ao governo de Estado para liberação de verba para todas as IGR certificadas. A entrevistada EA1 acredita que ela luta muito pelas demandas dos Circuitos, conversando diretamente com a SECULT e com deputados. Quanto a entrevistada EA2 “não acho que o apoio é grande, mas também não acho que é dispensável”.

Para o entrevistado EA3 a FECITUR tem apoiado bastante a Associação em suas necessidades, para ele a FECITUR é um órgão de representação das IGR, mas sobretudo um órgão de apoio para as ações das IGR e tem sido brilhante em levar as demandas das IGR para o governo. O entrevistado EA4 lembra que a FECITUR foi fundamental para a criação do ICMS Turismo e, depois, para o aumento da alíquota. No entanto, esse entrevistado pondera que após o crescimento da FECITUR percebeu disputas políticas no órgão.

Quanto a FECITUR, observa-se que a federação tem representado os circuitos em suas demandas, fazendo a intermediação entre a SECULT e as Instâncias de Governança. Uma das ações concretas mais apontadas pelos entrevistados foi a intermediação para a criação do ICMS Turismo e depois o seu aumento de alíquota.

5.1.3 Regionalização e papel da SECULT-MG

Quanto a visão dos entrevistados sobre a regionalização e o papel da SECULT-MG, a entrevistada EA1 acredita que há um apoio da SECULT através de eventos, feiras, congressos e capacitações com o intuito de ajudar a Associação a trabalhar. As entrevistadas EA1 e EA2 ressaltam que a Associação é parceira da SECULT. O entrevistado EA3 chama a atenção para a importância da regionalização “enquanto não trouxer a palavras regionalização, nós não vamos avançar, vamos ficar tropeçando”. Para o entrevistado EA4 o aporte do governo de estado para a regionalização do turismo é precário, é excelente na teoria, mas sem recursos fica inviável.

Todos os entrevistados EA1, EA2, EA3 e EA4 chamaram a atenção para a falta de apoio financeiro repassado de forma direta da SECULT para a IGR. Como aponta o entrevistado EA3 “é a IGR que conhece as suas necessidades”. Para a entrevistada EA1 no início da regionalização a SECULT tinha mais recursos financeiros para o turismo. Hoje acredita que os recursos são mais utilizados na cultura, apesar de reconhecer que “o apoio a cultura não deixa de ajudar o turismo pois, havendo cultura para consumir, os outros recursos como hospedagem e restaurantes também são usados” (Entrevistada EA1).

Na opinião do entrevistado EA3 a SECULT “preconiza muito mais a promoção que a infraestrutura. Promoção nós já temos, falta investimento na base, que dê sustentação para os produtos que nós já temos”. Segundo boletim emitido pelo Observatório do Turismo de Minas Gerais (2025), os recursos executados pelo Plurianual de Ação Governamental (PPAG) totalizaram no mês de outubro de 2025, um valor de R\$ 2.218.622,89, sendo a maior parcela dos recursos destinada à divulgação turística.

Tabela 1.3 – Valores dos recursos executados no mês de outubro de 2025



Fonte: Observatório do Turismo de Minas Gerais (2025).

Quando questionados sobre a participação da SECULT diretamente na Associação, a entrevistada EA1 ressalta que, quando chamada, a SECULT manda representante para as reuniões. Lembra ainda que existe um projeto chamado “Conversa com a SECULT” onde acontecem reuniões itinerantes da Secretaria nas sedes das Associações interessadas. A entrevistada EA1 pondera que a SECULT está trabalhando com uma equipe bem reduzida.

Para a entrevistada EA2 a equipe da SECULT desde 2021 é formada por uma equipe técnica, atuante e acessível. Um dos maiores avanços nos últimos anos, para essa entrevistada, foi a acessibilidade para conversar com a SECULT.

Sobre a organização e promoção de encontro de gestores e presidentes pela SECULT todos os entrevistados foram unânimes em responder que aconteciam. A entrevistada EA1 relata que

anos atrás acontecia o “Encontros de Presidentes e Gestores” o nome era esse, que era legal. Os encontros eram itinerantes, eu conheço os quatro cantos de Minas Gerais por causa desses encontros que a gente ia, hoje eles acontecem duas vezes por ano em Belo Horizonte.

O entrevistado EA3 acredita que o formato onde os encontros aconteciam nas regiões eram mais proveitosos, acredita que deveria voltar. O entrevistado EA4 pondera que os eventos acontecem, porém, os eventos têm como públicos gestores iniciantes e pessoas que estão há 30 anos trabalhando com turismo, todos participando das mesmas oficinas e palestras. Para ele os eventos deveriam acontecer de forma diferente de acordo com o público.

Os entrevistados EA3 e EA4 chamam a atenção para os editais promovidos pela SECULT. São promovidos editais para todo o estado e as Associações menores tem dificuldade

de cumprir com as exigências. “São sempre os mesmos contemplados, chega a ser desanimador” (Entrevistado EA4). O entrevistado EA3 acredita que deveriam ser pensados para as diferentes regiões do estado, pois Minas Gerais é grande.

5.1.4 Divulgação, patrimônio e sustentabilidade financeira

Quanto a divulgação promovida pelo Circuito Turístico, a entrevistada EA1 relata que, desde a fundação da Associação em 2001, há tentativas de que empresários do ramo se associem, porém, isso nunca aconteceu. Ela acredita que a divulgação promovida não é forte, acontecendo mais em feiras e eventos maiores, com o apoio da SECULT, que compra o estande de Minas Gerais. Acredita que fora isso, toda a divulgação se limita as redes sociais.

A entrevistada EA2 informa que a divulgação acontece nas redes sociais, feiras e através de um catálogo de produtos. Informa ainda, que o setor responsável pela divulgação tem muita dificuldade, pois os associados não mandam o material. O entrevistado EA3 confirma que a divulgação é através das redes sociais, que existe um setor de marketing que tem melhorado a divulgação. O entrevistado EA4 pondera sobre a necessidade de se ter um produto sólido “como a gente vai divulgar um produto que não é produto? Quais são os produtos comercializados em agências de turismo a Região Encantos de Minas tem? ” Para ele não adianta ir para feiras divulgar produtos isolados, falta produtos dentro da IGR para se fazer realmente turismo.

Quando questionados sobre a existência de um calendário anual, o entrevistado EA1 relatou não existir esse calendário. O entrevistado EA3 confirma que o calendário não existe, mas acredita ser muito importante sua criação, reconhecendo ser uma falha esse calendário do Circuito não existir: “como eu vou trazer o turista pensando em região, e ele ter que optar em qual festa ir. Ele tem que participar de eventos em datas distintas”. O entrevistado EA4 confirma que sempre foi solicitado o envio de calendários dos municípios, mas nunca ocorreu de forma efetiva. Para ele “não existe uma organização estruturada para respeitar o que acontece nos outros municípios” (Entrevistado EA4).

Quanto a ações conjuntas realizadas entre os circuitos, para a entrevistada EA2 apesar de existir a Rota do Café no circuito, a entrevistada acredita que esse não é o modelo mais eficaz de trazer turista “a gente é muito mais das experiências soltas, o cara pode ir na vinícola e pode ir na cachaçaria do que fazer a rota do café inteira”. Para o entrevistado EA3 é importante pensar em roteiros que ligam os circuitos, mas não houve implementação de projetos na prática. O entrevistado EA4 entende que não acontecem ações conjuntas entre os municípios integrantes da IGR.

Sobre as questões relacionadas ao patrimônio e questões financeiras da Associação, os entrevistados informaram que existe um contrato anual para participação com previsão de pagamento da mensalidade. No entanto, todos os entrevistados concordam que a questão financeira é um entrave. A entrevistada EA1 destaca que a Associação “tem seus gastos com participação em eventos, material de divulgação, pagamento de pessoal, são dois funcionários pagos (gestor e marketing)”. Essa mesma entrevistada acredita que o valor seja pouco para as despesas da associação “por isso que a gente quer outros associados que não sejam só as prefeituras” (Entrevistada EA1).

Para a entrevistada EA2 os circuitos “fazem milagre, eles trabalham com um recurso muito baixo. Às vezes eu nem acredito em tudo que a gente faz com o pouco que a gente ganha”. Relata ainda que, apesar dos poucos recursos a Associação tem uma boa liquidez. Foi possível constatar em Ata que no ano de 2024 ficou acordado um aumento de 100% nas mensalidades, tal aumento se justificou pois houve aumento no repasse de ICMS Turismo de 500%.

Quando questionados sobre haver repasses de recursos federais ou estaduais, todos foram unânimes em informar que não existe repasse federal. A entrevistada AE1 lembra que “houve um repasse de verbas no início da Associação para confecção das placas de sinalização nas rodovias e aquisição de equipamentos e matérias de escritório para montagem da sala. Depois disso, não houve mais repasses”. A entrevistada EA2 diz que, quanto a repasse estadual ou via emenda parlamentar, existe a possibilidade, mas a Associação nunca recebeu. O entrevistado EA4 informa que há previsão da IGR receber um repasse no ano de 2025, mas ainda não havia sido pago.

Tomando por base estudos de Sette, Valle e Coutinho (2014) a sustentabilidade financeira dos Circuitos é um problema recorrente e apontada como uma grande dificuldade dos circuitos, configurando-se como um ponto frágil para a evolução da política de regionalização. Porém, com a mudança na alíquota do ICMS os entrevistados se mostraram otimistas, acreditando ser um avanço.

5.2 Um olhar sobre a Associação do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes

5.2.1 Fundação, trajetória e funcionamento

A Associação do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes foi fundada, no ano de 2000, no município de Santa Cruz de Minas, constituindo-se como uma entidade civil de direito

privado, sem fins lucrativos, com autonomia financeira e administrativa (Associação do Circuito Trilha dos Inconfidentes).

No entanto, a data de fundação pode ser entendida como parâmetro para legitimar as ações desenvolvidas pelo Estado de Minas Gerais para atender ao disposto na Lei Estadual nº. 13.341 de 1999, a qual estabelece que os municípios se articulem de forma regionalizada para o planejamento participativo do turismo (Santos e Pereira, 2018). Porém, a certificação do Circuito aconteceu no ano de 2005, após a publicação do Decreto nº. 43.321, de 2003 que dispõe sobre o reconhecimento dos circuitos.

Para Brambatti e Nitsche (2018), as associações cumprem o papel de ser um novo ente turístico, atuando de forma intermediária entre as articulações do Estado em políticas para o turismo e a desenvolvimento competitivo do empreendedor privado. São instrumentos de mobilização das comunidades a que pertencem os atrativos e empreendimentos, buscando dinamizar e organizar os roteiros, eventos e marketing, diluindo os fracassos e fazendo com que as conquistas sejam de todos.

Conforme o entrevistado EB1, a motivação para a fundação da Associação “foi o desenvolvimento regional. Fazer com que os municípios se unissem em prol do desenvolvimento da região”. O entrevistado EB1, ressalta ainda que “em 2000 já se discutia essa questão de trabalhar em conjunto, de *cluster*, em união entre municípios”.

Na fala do entrevistado EB1 observa-se que a região, mesmo antes da implementação da política de regionalização, pensava em desenvolver o *cluster* turístico. Segundo Petrochi (2009 apud Silva, 2017, p. 80) os *clusters* turísticos podem ser definidos como “aglomerados de atrativos turísticos, infraestruturas compatíveis, equipamentos e serviços receptivos e organizações turísticas concentradas em âmbito geográfico bem delimitado”. Tomazzoni e Costa (2015) enfatizam a necessidade de ações políticas estratégicas na implantação de *clusters* de turismo, por meio de postura ativa, visão compartilhada de futuro, cooperação, cidadania e iniciativa.

A entrevistada EB3, opina que a motivação da fundação da Associação foi “o arranjo de uma política de turismo regional, tendo visto que São João e Tiradentes sempre foram polos muito fortes de turismo. Inclusive tendo Tiradentes como destino indutor e São João como cidade polo de uma das microrregiões das Vertentes”. Para o entrevistado EB4 o “Trilhas começou no entorno da Serra de São José, [...] uma coisa muito pequena. Não existia essa política de regionalização em Minas Geraí, não”.

A entrevistada EB3 relata que em 2005 estava surgindo o projeto Estrada Real, do Instituto Estrada Real (IER) “aquele marco que foi fundado em Santa Cruz de Minas, o marco zero da Estrada Real. Eu acho que foi tudo uma tentativa de organizar a questão turística mesmo”. O entrevistado EB4 reforça a relação com o IER quando diz: “foram os mesmos criadores de Estrada Real, a mesma turma que criou a Estrada Real, essa turma que criou a Trilha”.

Segundo Silva (2017, p. 78), “O Instituto Estrada Real é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criado em 1999 e financiado pelo Sistema da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), que tem por objetivos organizar, fomentar e gerenciar o produto turístico Estrada Real, maior rota turística do país”. Ainda para Santos (2017), para cumprir com seus objetivos relativos ao projeto Estrada Real, o IER articula-se com o Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes no desenvolvimento de suas ações.

Quando questionados se houve apoio de outras entidades externas para a fundação da Associação, o entrevistado EB1 informa que “dentro do que está em Ata, houve envolvimento, principalmente, da iniciativa privada nessa fundação”. Conforme o entrevistado EB4 “Ele foi feito de fora para dentro. Ele foi feito da sociedade civil para depois ser normatizado como instituição, como um braço do Estado e tal”.

A participação, tanto da sociedade civil como da iniciativa privada, é prevista no Estatuto da Associação, porém, o estatuto identifica como sócios contribuintes os municípios associados, não havendo previsão de outros tipos de sócios pagantes (8ª (oitava) Alteração do Estatuto da Associação do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes). Segundo pesquisa realizada por Knupp e Naves (2012), esse cenário de circuitos turísticos compostos majoritariamente por representantes do poder público é uma realidade em todo o estado.

Quanto a origem do nome do Circuito Trilha dos Inconfidentes, o entrevistado EB1 afirma estar relacionado a identidade da região “pois é uma região onde tem a maioria dos inconfidentes. Onde aconteceu a primeira reunião dos inconfidentes na casa Padre Toledo, onde nasceu Tiradentes. É uma região realmente com a história da Inconfidência Mineira”. Para a entrevistada EB3 o forte apelo histórico e cultural que essas cidades setecentistas, toda a ligação com a história da Inconfidência Mineira, deram origem ao nome do Circuito”. O entrevistado EB4 confirma que o nome teve origem na história da região, que é ligada a Inconfidência Mineira.

Ao analisar a resposta dos entrevistados quanto as principais dificuldades encontradas na fundação da Associação, observou-se que, por ser uma ação pioneira que antecedeu a política de regionalização, houve dificuldades em encontrar meios legais para sua fundação. Como

mostra a fala do entrevistado EB1: “a dificuldade foi documental. Para fazer isso virar uma associação, de achar caminhos para as contribuições mensais, a sustentabilidade financeira para esse tipo de Associação” (Entrevistado EB1).

Perguntados sobre as principais linhas de trabalho da Associação, os entrevistados relataram que a gastronomia e o turismo rural tem sido os principais eixos de trabalho do Circuito. O entrevistado EB1 ressalta que a Associação trabalha um eixo estratégico seguindo a linha do plano nacional, do plano estadual, o regional e o municipal. Destaca ainda que, o desafio é fazer que isso tenha uma convergência para todos.

Então o desafio é fazer com que isso tenha uma convergência pra todos. Dentro do regional, o nosso foco principal é a gastronomia, que é um dos elos que liga todas as nossas cidades. O desafio é fazer, como somos 25 cidades associadas, o que essas 25 cidades têm em comum para serem trabalhadas.

Além do trabalho realizado no desenvolvimento do turismo gastronômico e rural, os entrevistados EB1 e EB2 e EB3 informaram que são trabalhados planos de turismo para todos os municípios associados, além de COMTUR e FUMTUR constituídos e em funcionamento. O ICMS Turismo e o apoio a melhoria das notas do patrimônio cultural também foram apontados pelos entrevistados como ações desenvolvidas pela Associação.

O PNT 2003 - 2007 incentivou os municípios a criarem os Conselhos Municipais de Turismo como parte da política de descentralização. O COMTUR é um órgão vinculado à administração municipal e constituído por representantes do poder público, empresariado e sociedade civil. No entanto, cada município tem autonomia para determinar quem e quantos serão estes representantes por lei municipal (BRASIL, 2003; SILVA, 2017).

De acordo com os entrevistados EB1 e EB3, nos anos de 2010 e 2011 foram desenvolvidos os planos municipais de turismo de todos os municípios associados. Para eles, num primeiro momento, a Associação desenvolveu trabalhos de implantação das políticas públicas, como organização dos conselhos, suporte ao desenvolvimento dos planos municipais de turismo, visando, prioritariamente, o ICMS Turismo. Para o entrevistado EB1 havia uma busca pelo trabalho em conjunto. Na fala do entrevistado EB1 “a associação não só apoiou os planos de turismo, mas o recurso veio através da associação. A contratação da consultoria foi feita através da associação”. Todos os entrevistados indicaram a importância da associação no apoio para cumprimento de tarefas burocráticas como mapa do turismo, ICMS Turismo, certificações, são todos trabalhos desenvolvidos pela associação.

Em um segundo momento, a Entrevistada EB3 relata que a Associação passa a desenvolver um trabalho voltado para o associativismo, para a coletividade, desenvolvendo a infraestrutura turística da região. Nesse relato, observa-se que a gestão da Associação busca pensar de forma coletiva para alcançar desenvolvimento local. Brambatti e Nitsche (2018), apontam a importância do associativismo quando dizem: “O associativismo se transforma em instrumento gestor de estratégias não só para o turismo, mas para o território, incidindo sobre o desenvolvimento local” (Brambatti e Nitsche, 2018, p. 78).

Tomazzoni (2015) corrobora a ideia ao afirmar que, a existência de coordenação regional centralizadora e articuladora, para implementação de planos, a articulação e organização das entidades responsáveis pela gestão do turismo são aspectos essenciais, na gestão sistêmica do turismo, papel este que vem sendo exercido pelo Circuito Trilha dos Inconfidentes.

A entrevistada EB3 destaca que uma das ações da associação foi um projeto de sinalização dos municípios nas rodovias:

[...] inclusive isso pra Santa Cruz de Minas foi muito interessante, por que Santa Cruz não tinha placa nas rodovias indicando Santa Cruz de Minas. Então foi muito interessante pra comunidade de Santa Cruz ver o nome na rodovia. Isso foi um trabalho bem legal do circuito na época (Entrevistada EB3).

Observa-se nessa fala como as ações desenvolvidas impactam na comunidade, despertando o senso de pertencimento nos trabalhos desenvolvidos.

Por fim, a entrevistada EB3 acredita que após a pandemia, a Associação trabalhou muito bem os produtos turísticos e a integração dos municípios com a criação e desenvolvimento desses produtos, valorizando principalmente as características agrícolas da região. Nesse período foram criados e desenvolvidos a Rota do Queijo, o Caminhos de São Tiago e o Circuito Raízes da Marcha com foco, principalmente, no desenvolvimento do turismo rural e gastronomia rural. Para o entrevistado EB4:

a região tem uma vocação muito grande para a questão histórica, mas a gente percebe que, como o circuito veio crescendo e abarcando outros municípios, essa questão do turismo gastronômico, rural, produção de queijo fez o Trilha deslocar como circuito diferenciado.

A entrevistada EB2 reforça o apoio e incentivo ao turismo rural e ao produtor rural “estão apoiando bastante a produção rural, produtor rural, artesanato. Eles sempre abrem vagas para municípios que tem interesse, que querem participar. Eles sempre estão abrindo portas pra

gente, digamos assim”. Os entrevistados EB1, EB2, EB3 informam que nos últimos anos o Circuito tem trabalhado no desenvolvimento de eventos nos municípios associados.

Segundo Brambatti e Nitsche (2018), nos roteiros turísticos rurais com gestão coletiva, prevalecem práticas baseadas na colaboração, parcerias e na atuação conjunta com instituições públicas e privadas. Esse tipo de atuação coletiva proporciona apoio aos agricultores familiares que tem dificuldades de atuação em mercados competitivos e com linguagem de marketing não dominadas por eles.

Para Santos (2017), o Circuito Trilha dos Inconfidentes busca trabalhar o turismo de forma a equalizar e sintonizar as ações desenvolvidas na região a fim de valorizar o potencial turístico de cada cidade, apesar da competição existente entre os municípios pela oferta de produtos e serviços turísticos, a ideia é que prevaleça o espírito de cooperação e união entre eles para o desenvolvimento da atividade como um todo na região.

Quando perguntados sobre as principais dificuldades e problemas enfrentados pela Associação, na percepção do entrevistado EB1 os problemas são recorrentes. Para ele, as mudanças de governo, tanto federal, estadual e municipal são problemáticas.

como a gente tem uma mudança de governo em média de quatro em quatro anos, na verdade você tem mudança de dois em dois, por que muda o estadual e federal em um e municipal em outro, você tem algumas divergências. Isso é um problema, por que você volta para o zero em determinadas ações. Quando você muda governo municipal, quem entra no turismo e na cultura, normalmente não é da área (Entrevistado EB1).

O entrevistado EB1 aponta a necessidade de a Associação oferecer capacitação e treinamento constantes para os novos gestores, e “nem sempre eles estão disponíveis para fazer esse treinamento”. O entrevistado aponta ainda, as dificuldades quando acontecem as mudanças de governo federal e estadual:

No federal e no estadual, quando se muda, por exemplo, a gente teve essa mudança de governo que é de oposição, muda tudo. Não se tem uma política que tem uma linha contínua, se tem uma mudança basicamente ideológica, são raras as ações que permanecem iguais a governos anteriores. Você não tem uma continuidade, isso é ruim pro desenvolvimento. Como a gente segue um planejamento de quatro em quatro anos, a gente consegue manter isso de forma mais estruturada, mas isso dá um retrocesso muito grande no processo. A impressão que se tem é que está sempre patinando (Entrevistado EB1).

Baseado na fala do entrevistado EB1, um dos maiores desafios da gestão regional do turismo é a falta de conhecimento técnico dos gestores municipais, a rotatividade política de prefeitos, secretários municipais e a descontinuidade proposital de projetos, movida por ideologias políticas de governos. Essas dificuldades geram um problema para o gestor regional da associação.

Por fim, o entrevistado EB1 destaca a escassez de pessoal e de recursos como limitações enfrentadas pela associação. No entanto, aponta que a limitação relacionada a pessoal tem apresentado melhorias nos últimos anos, tendo a equipe aumentado de dois para oito funcionários. Porém, a escassez de recursos é recorrente, o entrevistado ressalta que: “quando tem que cortar recurso, o primeiro que é cortado é turismo e cultura. São pastas que praticamente não tem recursos para serem trabalhadas, então a grande dificuldade que eu vejo é isso”.

Para o entrevistado EB4 o maior problema são as fiscalizações, como as realizadas pelo Departamento de Estradas e Rodagem – DER, que na visão do entrevistado não entende o que é turismo.

O DER que faz fiscalizações aqui, por exemplo, tem o trem que vai pra São João e volta pra Tiradentes, aí o pessoal volta de van, por exemplo. Ai o DER quer dar fiscalização ali e prender van por que tá falando que tá fazendo transporte clandestino. O Estado não entendeu o que é turismo.

De acordo com Palhares (2005), como nem todo passageiro é um viajante, o transporte voltado para a indústria do turismo constitui um subproduto da atividade de transporte. Sem o conhecimento prévio da importância do turismo para o setor de transporte, o planejador e o tomador de decisão muitas vezes limitam seus objetivos a atender exclusivamente as necessidades do sistema de transportes, desconsiderando todo o impacto que a regulamentação ou o investimento em infraestrutura pode acarretar para outras atividades, notadamente o comércio e o turismo. Observa-se nesse quesito, que o transporte turístico é um limitante, devendo ser desenvolvidos treinamentos e capacitação para os empresários do ramo de transporte que trabalham com turismo.

Sobre o número de municípios associados, segundo o entrevistado EB1 o circuito teve início com 13 municípios, chegando a contar com 26 associados até o ano de 2024, quando o município de São Vicente de Minas deixou Circuito Trilha dos Inconfidentes para participar de outro circuito, mas a troca se deu de forma tranquila.

A gente quer que os vizinhos também cresçam, por que para a gente, quanto mais a nossa região crescer, melhor é. O turista, ele não vai pro Circuito

Trilhas, pro Circuito Encantos, ele vai pras cidades. A região tem que movimentar pra isso (Entrevistado EB1).

Ainda conforme o entrevistado EB1, houve abandono de um outro município, pois o prefeito achou que o turismo não era importante, não dava retorno. A entrevistada EB3 não se lembra de municípios deixando o Circuito durante seu trabalho, apenas entrando novos municípios.

Conforme os entrevistados EB1 e EB4, algumas vezes a troca se dá por problemas ideológicos, pois os presidentes sempre são prefeitos e há divergências entre eles.

Nós tivemos dois municípios que tiveram a saída, depois o retorno por não entender da política e o retorno foi justamente por que viu que estava perdendo dinheiro. Então mudou a gestão, a gente conversou com a nova gestão e a gestor voltou. Teve uma que voltou antes por que a gente conversou com a Câmara de Vereadores (Entrevistado EB1).

A entrevistada EB3 aponta que o Circuito Trilha dos Inconfidentes é composto por muitos municípios e isso, em alguns momentos, é um desafio:

Assim, é difícil que todos os municípios, eles tenham a mesma percepção e também é difícil, o Circuito Trilhas sempre foi um dos maiores circuitos de Minas, com mais municípios, assim dar uma assessoria e fazer a política convergir para todos eles é complicado (Entrevistada EB3).

Conforme destacado por Santos (2017), o desenvolvimento conjunto de produtos turísticos, como a formação de roteiros, levando em consideração a singularidade de cada município, permite a geração de maior valor agregado percebido ao visitante. A entrevistada EB2 acredita que o Circuito Trilha dos Inconfidentes, apesar de trabalhar com um número maior de municípios, consegue olhar e trabalhar a peculiaridade de cada um. A mesma entrevistada vê com otimismo essa diversidade de municípios:

O turismo da região é cada um com a sua peculiaridade, é tudo muito diferente. Então, São João e Tiradentes, é o turismo no centro histórico, igrejas mais antigas, o nosso aqui é o ecológico, trilha. Então, dá pra conciliar (Entrevistada EB2).

Para o entrevistado EB1 “o ideal é a gente trabalhar de 12 a 15 municípios”. Para o entrevistado não existe consenso entre os municípios integrantes: “com 25 fica bem mais complexo” (Entrevistado EB1).

Baseado na fala dos entrevistados, é possível perceber que realizar a gestão de um território integrado por 25 municípios apresenta desafios, mas a Associação tem tentado incentivar o turismo em todos os municípios integrantes e busca por elementos e projetos que integrem todos eles, como a gastronomia e a ruralidade. O maior desafio é fazer com que todos os gestores municipais entendam e valorizem a atividade turística. Para Ramos, Bartholo Junior e Mello (2011), no desenvolvimento conjunto de produtos turísticos é fundamental o

alinhamento político do poder público dos municípios envolvidos para a construção de projetos turísticos regionais de sucesso.

Sobre a participação da associação em conselhos, conferências, planos diretores ou orçamentos participativos os entrevistados informaram que ela acontece por meio de consultoria e participação nas reuniões.

5.2.2 Parcerias

Quando perguntados sobre as parcerias estabelecidas com o poder público local, como prefeituras e Câmaras Municipais, o entrevistado EB1 aponta que as relações com as prefeituras são estreitas “a gente tem reuniões com os secretários de dois em dois meses. Nós temos um grupo de whatsapp só pra secretários e um grupo só pra prefeitos”. A entrevistada EB2 relata essa proximidade com as prefeituras através de constantes reuniões e apoio na documentação do ICMS. A entrevistada EB2 ressalta que a Associação do Circuito Trilha dos Inconfidentes realiza todos os anos o Fórum de Turismo de Tiradentes. Para ela é uma forma de encontrar todos os municípios integrantes para troca de ideias e experiências.

O entrevistado EB1 relata que há tentativa de visitar as Câmaras de Vereadores uma vez ao ano, mas nem sempre é possível visitar todas. O mesmo entrevistado informa que no ano de 2026 vai haver um grande encontro, para mostrar o valor do turismo para esse público. A entrevistada EB3 lembra que, “Na época, por exemplo, desse projeto de sinalização, ele (o gestor) foi em reunião de câmara de diversos municípios defender o projeto, por que além da mensalidade que se pagava ia ter que pagar algo mais, além da mensalidade”.

Ainda no que se refere a parcerias, a entrevistada EB2 destaca os festivais gastronômicos realizados nos municípios associados. Segundo ela, a concretização desses eventos só é possível através da articulação entre a IGR, os municípios participantes e as empresas privadas. A ideia de parceria entre Associação, municípios e iniciativa privada vai ao encontro da ideia de gestão participativa de Tomazzoni (2015), onde a governança no turismo tem uma relação íntima com a gestão participativa para o desenvolvimento do setor e deve se fundamentar no planejamento.

Quanto as relações com outras IGR, todos os entrevistados acreditam que as relações são de parceria e troca de experiências. Os entrevistados EB1, EB3 e EB4 relatam o desenvolvimento de projetos em conjunto, tendo destaque o Caminhos de São Tiago:

Eu tenho projetos em comum com o Circuito do Ouro, Circuito Vilas e Fazendas, Circuito das Águas e Circuito Campos das Vertentes. Não são apenas ações, são projetos desenvolvidos em conjunto, com repasse financeiro e com gestão compartilhada (Entrevistado EB1).

Todos os entrevistados foram unânimes em relatar que existe parceria entre a Associação e o Sistema “S”. Foram destacadas as parcerias com o SENAC, que para o entrevistado EB1, foi a primeira parceria: “inclusive foi *case* de sucesso por bastante tempo essa relação com o SENAC de proximidade, a gente tem o almoço com prefeitos que é um sucesso. Ele sempre foi uma referência de troca de experiências”.

Para o entrevistado EB4 a Associação é mais próxima do SEBRAE do que do SENAC. Quanto ao SENAR, o entrevistado EB1 relata que foram feitas parcerias para o desenvolvimento do turismo rural, segundo ele foi a primeira vez que houve uma ação de formação de pessoas de forma regionalizada.

Os entrevistados EB1 e EB2 relataram a EMATER como parceira. O desenvolvimento do projeto Rota do Queijo foi desenvolvido em parceria com a empresa. A Rota do Queijo é um projeto premiado, ficando em segundo lugar no Prêmio Nacional do Turismo, na categoria melhor destino de turismo de base comunitária e turismo rural.

Para Silva (2017, p. 137), o estabelecimento de parcerias com outras instituições demonstra um fortalecimento das relações para o desenvolvimento do turismo. Tais parcerias, se bem firmadas, promovem maior significância entre os atores da cadeia turística e podem proporcionar ganhos coletivos ao desenvolvimento da atividade.

O entrevistado EB1 relata parceria com o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA):

a gente vai entrar agora com um projeto com o IMA, que é um projeto grande de destilados, de cachaça. *O legal merece um brinde*, a gente tá trabalhando com eles na legalização desses empreendimentos. Então é um projeto em parceria (Entrevistado EB1).

Segundo Fernandes e Engel (2016), na agroindústria familiar rural observa-se a relevância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar, cujo foco principal é agregar valor ao produto final destinado a comercialização. A legalização consiste na garantia da procedência e da qualidade do produto para os consumidores e serve ao poder público como um modo de obtenção de renda.

Adequar-se à legislação, principalmente a sanitária é um processo complicado, pois demanda informações, instruções, cursos e palestras aos produtores, além de recursos

financeiros. Conforme Fernandes e Engel (2016), é justa a ideia que as normas têm de ser exigidas pelos órgãos públicos (fiscais, sanitários e ambientais), entretanto é preciso conhecer a realidade das agroindustriais familiares rurais para viabilizar a legalização. É preciso entender que elas estão aí funcionando, inseridas no mercado, atendendo ou não a legislação vigente.

Observa-se na resposta dada pelo entrevistado EB1, que a parceria entre a Associação e o IMA busca realizar essa ponte entre legalidade e agricultura familiar, com intuito de fornecer suporte as famílias na busca pela legalização. Se bem gerenciada, a parceria pode trazer valor agregado a mercadoria para os produtores e segurança para os consumidores.

Quanto as relações da Associação com a sociedade civil, conforme a fala do entrevistado EB1 existe essa relação “Nós temos um grupo de trabalho só pra hotelaria, um grupo de trabalho pra restaurantes, um grupo de trabalho pro artesanato e pra produtores rurais”. Nesse quesito, o entrevistado indicou as empresas privadas como sociedade civil. Porém, na sequência ele exemplifica, indicando a grande demanda pelo Fórum de Turismo de Tiradentes, que todos os anos é realizado e conta com a participação da sociedade em geral. Esse ano “a gente tá trazendo um pessoal de referência do Airbnb pra falar de experiência e pra poder falar de legalidade da ação do Airbnb no mercado de turismo” (Entrevistado EB1).

No relato do entrevistado, é possível mais uma vez perceber a preocupação da Associação com o apoio a legalidade das ações dos participantes do *cluster* turístico. Dessa vez, o foco é a rede de hospedagens.

Para a entrevistada EB3, manter diálogo com a sociedade civil é um desafio:

Eu sinto que a sociedade civil ainda tem uma certa dificuldade de entender o processo de turismo. Que o turismo é algo que é natural da comunidade ali. Que o visitante vem, que ele vai conhecer, que ela vai se beneficiar, então eu sinto que os municípios menores entendem que as vezes o turismo é só pra cidades como Tiradentes. Eles não percebem que o cotidiano deles, que a experiência rural, por exemplo, é um possível produto turístico. É um recurso turístico a ser trabalhado. Então, eu não sei se isso vai muito da questão mineira, deixa acontecer primeiro para depois eu me envolver. Eu sinto muito essa dificuldade ainda. A sociedade civil como um todo, a comunidade, eu ainda acho que é um grande desafio.

Para Brandatti e Nitsche (2018, p. 79): “é importante não se limitar ao papel da Associação na gestão do turismo, mas compreender a necessidade de uma gestão colaborativa entre a sociedade civil organizada, as representações do poder público e de entidades empresariais”. Santos (2017) complementa que, no planejamento, seja de políticas públicas ou em programas e projetos, a participação dos executores é tão importante quanto a participação dos que serão diretamente atingidos por essas ações.

Quando questionados sobre o apoio da FECITUR, o entrevistado EB1 acredita que apoia as ações da IGR, que essa é a função da Federação. A entrevistada EB2 não soube informar. A entrevistada EB3 disse ter visto a FECITUR se movimentar quando da alíquota do ICMS. O entrevistado EB4 disse ser uma questão política e que desconhece as ações da federação.

Diante das análises das respostas dos entrevistados, com exceção do entrevistado EB1, os demais não veem grande atuação da Federação. Diferente da percepção da maioria dos entrevistados, Knupp aponta a importância da FECITUR ao afirmar “A FECITUR e a SETUR desempenham importante papel como mantenedoras da atuação em rede entre os circuitos. Ou seja, é a intervenção dessas instituições que garante o formato e os benefícios de uma (possível) atuação em rede” (Knupp, 2012, p. 682).

5.2.3 Regionalização e Papel da SECULT

Quanto a visão dos entrevistados sobre a regionalização e o papel da SECULT-MG, para o entrevistado EB1, os anos de 2008 a 2011 foi o período de maior apoio, tanto em investimentos financeiros como em apoio técnico, foi um período de grande trabalho da secretaria. Ainda, para o mesmo entrevistado, os anos de 2018 a 2020 foram marcados por uma forte estagnação na SECULT “por que a referência é que somos os melhores, que somos a referência, mas não adianta a gente sentar no banquinho e falar que somos os melhores se a gente não anda (Entrevistado EB1).

Os entrevistados EB1, EB2 e EB3 afirmam existir cursos de capacitação fornecidos pela SECULT aos gestores. Contudo, segundo o entrevistado EB1, tais cursos e treinamentos são direcionados, sobretudo, a profissionais iniciantes na área do turismo. Todos os entrevistados confirmaram que a SECULT promove o Encontro de Gestores. Para eles, esse encontro é uma oportunidade de troca de experiências e conhecimentos entre os gestores municipais e os representantes das IGR's.

Conforme o entrevistado EB1, a SECULT sofre com a falta de pessoal: “o que falta para mim é ter um quadro técnico maior, a SECULT também sofre com essa questão, você tem poucas pessoas para atender muitos municípios”. As entrevistadas EB2 e EB3 relatam a dificuldade dos municípios menores de participarem dos editais. Segundo a entrevistada EB3 “os editais são abertos com um prazo curto e com muita exigência burocrática, as cidades com equipes maiores, com funções definidas sempre saíam na frente”.

Segundo todos os entrevistados, a SECULT é aberta ao diálogo, porém os entrevistados EB1, EB3 e EB4 desconhecem o movimento da SECULT ir até os circuitos, para eles os

circuitos que vão até a SECULT. Para a entrevistada EB2 a SECULT está próxima da realidade dos municípios, com um diálogo constante.

Para a entrevistada EB3, nos últimos anos, a SECULT passou a promover o diálogo do turismo com a cultura. Para ela, “a cultura é a identidade dos municípios, quando eu vou para um destino diferente, eu quero conhecer a identidade daquele município. Quando eu fortaleço o lado cultural, eu fortaleço o turismo” (Entrevistado EB3). A entrevistada EB2 também relata essa percepção de valorização da cultura, do interior e da mineiridade.

Segundo relatos do entrevistado EB1, a maior problema com a SECULT é a regionalização não fazer parte financeira da Secretaria. Para ele, esse é o principal entrave:

Esse para mim é o principal entrave, não que a gente precise depender da Secretaria, eu acho que tem que trabalhar realmente independente, mas o repasse de recursos para se trabalhar com políticas de regionalização, quando se fala que somos um braço da secretaria, e os circuitos estão lá no organograma da política, o repasse de recursos financeiros é fundamental (Entrevistado EB1).

A entrevistada EB3 complementa dizendo que “os municípios têm que contribuir financeiramente e a SECULT não tem essa contrapartida.

5.2.4 Divulgação, patrimônio e sustentabilidade financeira

Quando questionados sobre as formas de divulgação do circuito e dos municípios associados, o entrevistado EB1 informa que a Associação tem uma equipe de marketing que trabalha a promoção e divulgação. Os principais recursos usados são as redes sociais, como: Instagram, Facebook, Whatsapp e You Tube. Informa ainda, que existem parcerias com programas de rádio e de TV da região. O entrevistado EB1 relata existir um grupo de whatsapp com jornalistas e as principais mídias da região para divulgação das ações.

Sobre a existência de um calendário anual de eventos, o entrevistado EB1 diz haver uma ação para a realização desse calendário “nós já sentamos com os secretários”. A entrevistada EB2 corrobora essa informação, “esses dias a gente estava reunindo pra definir o calendário de eventos da região pra não bater data de eventos entre um município e outro. Eles fazem esse meio de campo entre os municípios consorciados”. No entanto, apesar das tentativas de elaboração de um calendário anual que contemplasse de forma favorável todos os municípios, o projeto ainda não chegou a ser implementado. O que existe de forma concreta, segundos os

entrevistados, é uma ação em que as cidades enviam seus eventos semanais e mensais para a IGR, que promove a divulgação tanto em seus próprios canais quanto em canais parceiros.

As entrevistadas EB2 e EB3 ressaltam a participação tanto da IGR como dos municípios associados em feiras e eventos de divulgação. Como mostra a fala da entrevistada EB2: “eles sempre abrem vagas para municípios que tem interesse, que querem participar”.

No entanto, o entrevistado EB4 confirma a informação de que a IGR abre as portas para todos os 25 municípios associados participarem das feiras. Para ele, isso pode ser apontado como um problema:

município que não tem nenhuma condição turística quer participar de feiras, isso não é vedado a ele. Então, gera até um outro problema, por que a pessoa chega em uma feira e não sabe nem o que está acontecendo lá, mas vai. Vai pra aprender, vai pra bater cabeça que seja, mas vai. Pra gente que está mais vivido no turismo, a gente observa que algumas pessoas que vão ali, a gente fala assim: vai perder a viagem no sentido econômico da coisa, mas é sempre bom ele ter uma amplitude do que tem lá, até pra ele enxergar em que ponto do desenvolvimento ele tá (Entrevistado EB4).

A entrevistada acredita ser importante a presença do Circuito Trilha dos Inconfidentes em eventos dos municípios, pois há “presença de balões, banner, bandeiras com o nome do circuito. Se faz presente” (Entrevistada EB3). Para o entrevistado EB4, esse movimento de participação nos eventos “vai contagiando quem está em volta”. Para Santos (2017), as políticas de marketing regionais e os empreendimentos turísticos dos territórios, possibilitam desenvolver no imaginário coletivo uma visão motivadora da realidade local e seu potencial atrativo turístico.

Quanto as ações conjuntas realizadas pelo circuito, segundo informações do entrevistado EB1 foram criados vários roteiros como Rota do Queijo, Caminhos de São Tiago, Roteiro Raízes da Marcha, Rota das Estações, Rota do Café e Rota da Cachava. Entretanto, as entrevistadas EB2 e EB3 ponderam sobre a consolidação dos produtos turísticos criados e da necessidade da participação de todos para a consolidação. Segundo a entrevistada EB2, “o Circuito cria os produtos, alguns deram certo, outro nem tanto”. A entrevistada EB3 salienta:

Tem o produto criado, tem a ideia, tem a marca. A consolidação desses produtos, depende de diversos fatores, depende do envolvimento das peças e, muitas dessas peças, passam pela comunidade. Por isso que eu falo, é um trabalho a longo prazo. Muito se passa pela mudança de mentalidade. A gente tá amadurecendo, eu vejo que esses 25 anos do circuito é como se nós começássemos a chegar num processo de maturação, pros produtos serem melhor aderidos, melhor realizados (Entrevistada EB3).

Observa-se que, em relação às ações de divulgação, as estratégias são para todos os municípios, uma soma de esforços entre municípios e associação na busca por resultados mais expressivos. A associação busca alcançar todos os municípios e trazer todos para o turismo.

Sobre as questões financeiras e patrimoniais da IGR, os entrevistados relataram que há pagamento de mensalidade dos municípios para manutenção da Associação. A entrevistada EB3 lembra que havia inadimplência, que o gestor precisava ficar cobrando. “Alguns prefeitos tinham consciência da importância do turismo e pagavam sem problemas, mas outros não tinham essa consciência, lembro de ter que ficar cobrando” (Entrevistada EB3). A entrevistada EB2 destaca a importância do aumento do ICMS Turismo “O ICMS era suficiente para pagar a mensalidade, agora está um pouco melhor”.

Em consulta ao Estatuto da Associação, constatou-se que o Capítulo IV prevê a contribuição associativa mensal, com valor mínimo previamente fixado em Assembleia Geral.

O estatuto deve atentar, também, para a contribuição financeira dos associados. Em uma associação, se um membro deixa de contribuir, os custos subirão para os demais membros. Nos circuitos turísticos, a direção deve além de ter controle das contribuições, estimular e demonstrar aos associados a importância de não cumprirem com as taxas mensais (Gomes, Silva e Exzolvildrez, 2006, p. 328)

O entrevistado EB1 ressalta a importância de haver repasse financeiro da SECULT, para apoio das ações da Associação “Para ações inclusive maiores, estruturais, por exemplo existe hoje esse investimento em alguns municípios, mas ele regionalizado facilita”. O entrevistado EB4 disse não se envolver em questões financeiras. A fala desse entrevistado pode indicar pouca participação nas reuniões, gerando desconhecimentos das ações. Gomes, Silva e Exzolvildrez (2006) apontam para a importância de se incentivar a participação efetiva dos membros, que deve ser estimulada pelos gestores dos circuitos.

6 Considerações finais

A busca por compreender como se deram os processos de implementação e desenvolvimento das Associações dos Circuitos Turísticos Região Encantos de Minas e Trilha dos Inconfidentes e como essas contribuíram para o avanço do desenvolvimento do turismo em suas regiões norteou os estudos desse trabalho. Buscou-se também identificar os principais avanços e entraves encontrados pelas associações ao longo dos anos de atuação.

A política de regionalização do turismo em Minas Gerais resultou no reconhecimento, atualmente, de 47 Instâncias de Governança certificadas e 727 municípios regionalizados distribuídos por todo o estado de Minas Gerais. Desses municípios, 38 estão inseridos nas IGR's Região Encantos de Minas e Trilha dos Inconfidentes.

O contexto e motivação de criação das associações pesquisadas foi a implementação da política de regionalização desenvolvida pelo governo do estadual de Minas Gerais. Percebeu-se que as associações estudadas foram fundadas nos anos de 2000 e 2001, porém, nos primeiros anos de fundação não foram identificadas ações efetivamente realizadas por elas. Somente após a publicação do Decreto nº. 43.321/2003, que as associações foram legalmente constituídas e suas trabalhos passaram a ser registrados.

No processo de fundação da Associação Região Encantos de Minas não houve participação da sociedade civil ou iniciativa privada, a fundação se deu por iniciativa dos prefeitos da região para alcançar os benefícios advindos da política de regionalização. Observou-se que a associação tem como principal plano de trabalho a regionalização, mas não foi explicitado de forma clara como esse plano é desenvolvido, nem quais são seus objetivos. O principal trabalho desenvolvido por ela é o suporte técnico para que os municípios associados atendam aos requisitos e se mantenham inseridos no programa de regionalização, principalmente no recebimento do ICMS Turismo. Não foi possível identificar, ao longo dos anos de atuação da associação, uma linha de trabalho evolutiva, o trabalho principal se manteve de apoio as demandas burocráticas dos municípios.

Esse apoio promovido pela associação gera resultados ao se constatar que dos 13 municípios integrantes, apenas dois, os que se associaram por último, não estão inseridos no Mapa do Turismo e não recebem ICMS Turismo. Nesse quesito é interessante observar que a associação deve avaliar com cautela o aceite de municípios advindos de outros circuitos, pois foram municípios que se encontravam em um estágio menos desenvolvido na política de regionalização e podem causar atrasos no desenvolvimento conjunto do circuito.

A Associação da Região Encantos de Minas trabalha a divulgação dos municípios associados, no entanto, o fato de se presar mais a divulgação que a estruturação dos destinos turísticos foi apresentada como um problema. Essa constatação é confirmada quando se compara os valores investidos pelo estado de Minas Gerais em divulgação turística, capacitação, estruturação de produtos turísticos e no desenvolvimento da política de regionalização. Os valores em divulgação são significativamente maiores, mostrando que o estado de Minas Gerais está mais empenhado em trabalhar a divulgação nacional e internacional que desenvolver a estrutura para receber os turistas. Observou-se na

Região Encantos de Minas, que os entrevistados relataram dificuldade de os municípios associados entenderem a importância da atuação em conjunto, desligamento e ingresso constante de novos municípios e rivalidade entre circuitos vizinhos mostram a dificuldade de os integrantes entenderem a importância do desenvolvimento de um trabalho de forma coletiva, na busca por um desenvolvimento local sustentável.

No que se refere as relações de parcerias, contou-se que a Associação Região Encantos de Minas tem uma parceria estabelecida com o SEBRAE desde sua fundação, porém não conseguiu firmar relações de parcerias sólidas com outras instituições nem com a sociedade civil.

No que se refere a Associação Trilha dos Inconfidentes, o processo de fundação se deu pelos municípios integrantes a época, mas com apoio do IER, da iniciativa privada e da sociedade civil, demonstrando um maior alcance e participação social desde sua fundação.

Ao longo dos anos, a Associação Trilha dos Inconfidentes, conseguiu desenvolver uma linha de trabalho contínua. Inicialmente foram priorizados trabalhos para implantação da política pública de regionalização, seguido pelo trabalho de se entender o que é associativismo e a importância de um desenvolvimento conjunto. Na sequência a associação começou o trabalho de criação e desenvolvimento dos produtos turísticos. Foram identificados os pontos fortes dos municípios associados, como gastronomia e ruralidade, passando essas áreas a serem trabalhadas com mais atenção.

Observou-se, no Circuito Trilha dos Inconfidentes, uma atenção em dar suporte a legalização dos produtos oferecidos. Esse apoio se dá, principalmente, através de parcerias entre entes públicos como IMA, EMATER e SEBRAE.

Dessa forma, avanços foram contatados nas duas associações. Elas conseguiram apoiar e cobrar que os municípios tenham COMTUR e FUMTUR ativos e integrem o programa de regionalização. O intercâmbio de conhecimento entre gestores promovido pelas associações foi apontado como muito importante para ambas, gerando troca de conhecimento e apoio ao desenvolvimento local.

Alguns problemas identificados são comuns e recorrentes as duas associações. A descontinuidade das políticas públicas e mudança de gestores foi apontada como o principal problema de ambas. A entrada de pessoal sem capacitação técnica nos cargos de gestão municipal, a descontinuidade proposital de políticas públicas e a mudança de circuitos por

rivalidade política causam sérios problemas, gerando atrasos e comprometendo todo o trabalho realizado.

A falta de recursos financeiros, principalmente advindos do governo estadual, que destina recursos poucos para o financiamento da política de regionalização do turismo foi apresentado como um problema. O aumento da alíquota do ICMS Turismo foi identificado como um alívio financeiro para o apoio as ações para o turismo, porém os recursos ainda são escassos. Os editais promovidos pelo governo do estado também são difíceis de acessar pelos municípios menores, que é o caso de todos os que integram os dois circuitos estudados.

Os cursos de capacitação promovidos pela SECULT são desenvolvidos para pessoas iniciantes na área, os profissionais experientes sentem não existir cursos de capacitação adequados para atendê-los. Nesse ponto, a SECULT deveria desenvolver cursos adequados para atender tanto profissionais iniciantes como profissionais experientes, promovendo a capacitação continuada para todos.

Por fim, constatou-se que a associação que conseguiu estabelecer relações mais sólidas tanto de parcerias como com a sociedade, apresentou avanços mais significativos. No entanto, deve-se ponderar que as regiões estudadas apresentam níveis de desenvolvimento turísticos distintos, antes mesmo da implementação do programa de regionalização do turismo, sendo que uma delas conta com um município indutor de turismo nacional e outro município indutor de turismo estadual.

Diante das considerações apresentadas, algumas possibilidades de ações podem contribuir para o avanço das associações. O estabelecimento de parcerias com instituições como universidades da região para promoção de cursos de capacitação, o estreitamento de relações com entidades envolvidas como o turismo como hotelaria, restaurantes e comunidade local a fim de realizar atividades conjuntas e tentar mitigar os impactos da troca de gestão política, com ações menos dependentes do poder público.

Como lacuna desse estudo, podemos apontar que ele não teve a intensão de analisar a visão das comunidades englobadas nas regiões estudadas, foram ouvidos apenas os membros integrantes das associações. Diante dessa limitação, uma nova possibilidade de estudo é entender como as comunidades afetadas pelo turismo percebem o desenvolvimento da atividade. Para que o turismo local se desenvolva de forma sustentável, é fundamental que a sociedade seja inserida e ouvida em suas demandas, anseios e necessidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. **Educação Agrícola Superior**, Brasília, v. 15, n. especial, p. 51-85, 1997.
- ARAÚJO, C. M.; TASCHNER, G. Turismo e políticas públicas no Brasil. In: **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012. p. 69-86.
- ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO REGIÃO ENCANTOS DE MINAS. **Ata da assembleia geral**, realizada em 21 de março de 2024. Lavras, 2024.
- ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO REGIÃO ENCANTOS DE MINAS. **Regimento Interno da Associação do Circuito Turístico Região Encantos de Minas**. Lavras. 2022.
- ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D'AGUA. **Ata da assembleia geral**, realizada em 23 de nov. 2022. Lavras, 2022.
- ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D'AGUA. **Estatuto da Associação do Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D'água**. Lavras, 2011. 13 p.
- ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO VALE VERDE E QUEDAS D'AGUA. **Estatuto da Associação do Circuito Turístico Vale Verde e Quedas D'água**. Lavras, 2022.
- ASSOCIAÇÃO TURÍSTICA DO CIRCUITO TRILHA DOS INCONFIDENTES. **Estatuto da Associação do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes**. São João Del Rei, 2021.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2006.
- BRAMBATTI, L. E., E NITSCHKE, L. B. Associativismo e participação comunitária: o roteiro rural Caminhos de Guajuvira, Araucária-PR, Brasil. **Revista Rosa Dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 10. p. 71 – 83. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/4823>. Acesso em: 25 de abril. 2026.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/planos/plano-nacional-do-turismo/plano_nacional_turismo_2003_2007. Acesso em: 25 mar. 2026.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2017. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=107. Acesso em: 20 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2019. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-turistica-nacional.html>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2024-2027: o turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/PNT/plano-nacional-do-turismo>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo (PNT) 2014-2027: o turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/PNT/plano-nacional-do-turismo>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo 2025**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2025. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASILEIRO, M. D. S. Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In: BRASILEIRO, Maria D. S.; MEDINA, Júlio C. C.; CORIOLANO, Luiza N. (org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 233. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

CIRCUITO TRILHA DOS INCONFIDENTES. [Página inicial]. Disponível em: <https://trilhadosinconfidentes.com.br/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

CORIOLANO, L. N. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ, A. P. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

CORIOLANO, L. N.; SAMPAIO, C. A. C. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In: BRASILEIRO, Maria D. S., MEDINA, Júlio C.C e CORIOLANO, Luiza N. **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. 233p. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmninnibpcapjpcglefindmkaj/https://static.scielo.org/scielobooks/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565848893/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

DIAS, R.; MATOS, F. C. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. 1. ed. 5. DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda C. de. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. 1. ed. 5. reimpr. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

EMBRATUR. **Inteligência de dados**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2024. Disponível em: <https://embratur.com.br/para-o-trader/inteligencia-de-dados/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

EMMENDOERFER, Luana. A política pública de regionalização do turismo em Minas Gerais: os circuitos turísticos. **Turismo em Análise**, v. 19, p. 221-240, ago. 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/14151>. Acesso em: 4 jun. 2025.

EMMENDOERFER, M. L.; SILVA, F. C. da; LIMA, A. A. T. de F. de C. Evidências de inovação na gestão pública do turismo em Minas Gerais – Brasil: o modelo de circuitos turísticos em análise. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 9, n. 2, p. 397-410, 2011. Disponível em: <https://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/issue/view/58>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FERNANDES, D. M. M.; ENGEL, B. da S. Agroindústrias familiares rurais: vantagens e desvantagens da legalização. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 183-214, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.6904>. Acesso em: 15 mar. 2026.

FUCHS, A. M. S. L.; OLIVEIRA, F. F. de. ICMS turístico e novas possibilidades de desenvolvimento regional para o estado de Minas Gerais. **ABET – Anais Brasileiros de Estudos Turísticos**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 54-64, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/3026/1040>. Acesso em: 24 fev. 2026.

GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

GOMES, B. M. A.; SILVA, M. A C.; QUEIROZ NETO, E. A ação coletiva em regiões turísticas: um estudo dos circuitos turísticos de Minas Gerais. **Turismo – Visão e Ação**, Camboriú, v. 8, n. 2, p. 323-330, maio/jul. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Minas Gerais**. Brasília, DF: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg>. Acesso em: 5 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=22269>. Acesso em: 10 fev. 2025.

KNUPP, M. E. C. G. **Circuitos turísticos de Minas Gerais: análise à luz de uma perspectiva relacional**. 2010. 188 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

KNUPP, M. E. C. G.; NAVES, F. L. Redes do turismo: uma análise da política de turismo do Estado de Minas Gerais – Brasil. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 663-690, 2012. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v23i3p663-690. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/52439>. Acesso em: 26 abr. 2026.

KRONENBERGER, D. **Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo: SENAC, 2019. 339 p.

MEDINA, J. C. C. Re-construcción de la cultura y del espacio turístico. In: BRASILEIRO, Maria D. S.; MEDINA, Júlio C. C.; CORIOLANO, Luiza N. (org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 233. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

MINAS GERAIS. Decreto nº 43.321, de 8 de maio de 2003. Dispõe sobre o reconhecimento dos circuitos turísticos e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2003. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/43321/2003>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MINAS GERAIS. Decreto nº 48.804, de 25 de abril de 2024. Dispõe sobre a certificação dos circuitos turísticos como Instâncias de Governança Regionais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2024. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/48804/2024/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MINAS GERAIS. **Diretrizes da política pública de turismo de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Turismo, 2011. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/turismo/gestores-de-turismo/127-regionalizacao>. Acesso em: 9 jan. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. **Secult apresenta ações para fomentar a Cultura e o Turismo durante seminário em Perdões**. Belo Horizonte: SECULT, 2021. Disponível em: <https://secult.mg.gov.br/noticias-artigos/7027-secult-apresenta-acoes-para-fomentar-a-cultura-e-o-turismo-durante-seminario-em-perdoes>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MINAS GERAIS. **Panorama mensal do turismo**: dezembro de 2025. Belo Horizonte: Observatório do Turismo de Minas Gerais, 2025. Disponível em: https://www.observatorioturismo.mg.gov.br/?page_id=10910. Acesso em: 4 maio 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. **Regionalização do turismo**. Belo Horizonte: Secretaria de Cultura e Turismo, 2020. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/turismo/regionalizacao>. Acesso em: 23 maio 2025.

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. Avaliação política da política de estado de turismo de Minas Gerais. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 13, n. 1, p. 131-157, [20--]. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/raoit.v13n1.5192>. Acesso em: 20 dez. 2025.

PIMENTEL, T. D.; PIMENTEL, M. P. C. Destino turístico como construção coletiva. **Revista sobre Turismo y Desarrollo Local Sostenible**, v. 8, n. 18, p. 1-12, jun. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8068913>. Acesso em: 15 mar. 2026.

PINHEIRO, I. de F. S.; MARACAJÁ, K. F. B.; CHIM-MIKI, A. F. Política pública de regionalização do turismo: um estudo sobre a participação social no polo de Turismo Seridó. **Turismo: Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 22, p. 162-184, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/LfFfMhrgz5fhbzNXmP4V5Rc/?format=html>. Acesso em: 15 ago. 2024.

RAMOS, B. A.; BARTHOLO JUNIOR, R. S.; MELLO, R. Complementaridade da função turismo nos circuitos turísticos de Minas Gerais: um estudo do circuito turístico Campo das Vertentes. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 9, n. 1, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social** - Métodos e Técnicas, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. p.53. ISBN 9788597013948. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013948/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 25, dez. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000300004>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SANTOS, T. S. **Desenvolvimento regional, governança e turismo na região do Campo das Vertentes**: análise de três municípios da Estrada Real. São Caetano do Sul: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2017. 225 p.

SANTOS, T. S.; PEREIRA, R. da S. Governança do turismo no Campo das Vertentes (MG): garantia de desenvolvimento regional? **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, p. 83-111, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v12i2.1415>. Acesso em: 12 jan. 2026.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. 409 p.

SETTE, I. R. O programa de regionalização de Minas Gerais, Brasil: aspectos históricos, fragilidades e perspectivas. **Revista Turismo em Análise**, p. 112-133, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v28i1p112-133>. Acesso em: 1 dez. 2024.

SILVA, G. D. N. da. **Política pública de regionalização do turismo em Minas Gerais**: o caso do Circuito Vale Verde e Quedas D'Água. 2017. 84 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

SILVEIRA, G. T. **Turismo, emprego e renda**: o caso da cidade histórica de Tiradentes – MG. 2008. 180 p. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2008.

SOARES, E.; EMMENDOERFER, M.; MONTEIRO, L. **Gestão pública no turismo e o desenvolvimento de destinos turísticos em um estado da Federação Brasileira**: uma análise do planejamento estratégico do turismo em Minas Gerais (2007-2010). **Tourism & Management Studies**, Algarve, v. 9, n. 2, p. 50-56, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388743879008>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SOARES, E. B. S. et al. ICMS turístico e conselhos municipais de turismo: um estímulo à participação social em prol do desenvolvimento turístico em destinos indutores de Minas Gerais? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 61, 2012. DOI: 10.12660/cgpc.v17n61.4781. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/4781>. Acesso em: 1 abr. 2026.

TAVARES, J. Cluster de turismo e as experiências do Estado de Minas Gerais na formação de circuitos turísticos. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 558-587, 2015. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v26i3p558-587. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/97258>. Acesso em: 17 set. 2025.

TAVARES, J. M., JUNIOR, J. A. V., BATISTA, J. R. M. Circuito turístico Montanhas Mágicas da Mantiqueira (Minas Gerais - Brasil): uma análise multidimensional. **Revista Pasos**, v. 9, n. 4, p. 661-670, 2011. Acesso em: 25 set. 2025.

TOMAZZONI, E. L.; COSTA, J. S. Ações estratégicas e visões dos atores do cluster de turismo da cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 9, p. 3-21, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v9i1.513>. Acesso em: 23 mar. 2026.

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A. C. **Política Nacional de Turismo no Brasil**: da municipalização à regionalização. **Tourism & Management Studies**, Faro, v. 1, p. 839-848, 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388743867076>. Acesso em: 17 out. 2024.

TRENTIN, F. Turismo e estratégias de desenvolvimento local: uma reflexão sobre as políticas difusionista e territorialista. In: PORTUGUEZ, A. P. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. 396 p.

VILELA, G. J. P.; COSTA, H. A. **Políticas públicas de turismo**: uma análise dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003-2022). **Revista Turismo em Análise**, v. 31, n. 1, p. 115-132, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/147341>. Acesso em: 20 jan. 2025.

APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA POR PAUTAS

Pauta da entrevista de pesquisa “Política Pública de Regionalização do Turismo: um olhar sobre os circuitos Encantos de Minas e Trilha dos Inconfidentes”. Aplicado a membros ou ex-membros das associações.

1. Identificação e histórico do entrevistado na associação

1. Qual cargo ocupa ou ocupou?
2. Em que período atuou na associação?
3. Quais eram/são as suas funções?

2. Fundação da Associação

1. Qual foi o ano da fundação da Associação?
2. O que motivou a fundação da Associação?
3. Qual a origem do nome da Associação?
4. Houve apoio de outras entidades externas para a fundação da Associação?
5. Quais dificuldades foram enfrentadas junto à mobilização dos municípios para a fundação da Associação?

3. Trajetória e funcionamento

1. Quais são as principais linhas de trabalho da Associação no âmbito do Circuito?
2. Quais foram os principais marcos da atuação da Associação no Circuito?
3. A Associação forneceu apoio aos municípios em projetos de desenvolvimento do turismo?
4. Quais foram os resultados alcançados em termos do desenvolvimento do turismo para os municípios, a partir da criação da Associação?
5. Quais foram os principais problemas enfrentados pela Associação?
6. Quanto a mudança do nome da Associação e Circuito, quais foram as vantagens e problema gerados (Circuito Encantos de Minas)?
7. Qual(ais) foi(ram) o(s) período(s) no(s) quais a Associação contou com maior participação dos municípios, bem como menor participação? Qual era o contexto deste período?
8. A associação participa (ou) de Conselhos, Conferências, Planos Diretores ou orçamento participativo? Qual (ais)?
9. Conta ou contou com a existência e funcionamento de conselhos (curador, gestor, consultivo e fiscal)?

10. Como foi o processo e motivo de desligamento de municípios que já integraram a Associação?

4. Parcerias

1. Quais tipos de relações a Associação estabelece com Poder Público local (Prefeituras, Câmaras dos Municípios)?
2. Quais tipos de relações a Associação estabelece com associações de outros Circuitos Turísticos?
3. Quais tipos de relações a Associação estabelece com empresas privadas e Sistema S?
4. Quais tipos de relações a Associação estabelece com organizações da sociedade civil?
5. A Fecitur tem apoiado a Associação em suas necessidades?

5. Regionalização e papel da SECULT-MG

1. Quais são as ações da SECULT-MG no âmbito do Circuito?
2. A Associação recebe apoio da SECULT-MG? Qual(ais)?
3. Houve períodos nos quais a Associação teve maior apoio da SECULT-MG?
4. Há participação de SECULT-MG na Associação (reuniões, parcerias)?
5. A Associação organiza e promove encontro de gestores e presidentes pela SECULT-MG?
6. Há fóruns Estaduais dos Circuitos?
7. Houve apoio de algum órgão público para obter a certificação?

6. Divulgação

1. Quais são as estratégias de divulgação do Circuito pela Associação?
2. Existe um calendário anual de eventos das cidades do CT?
3. Existe ações conjuntas dos municípios que fazem parte do Circuito?
4. Existem roteiros turísticos que integrem os municípios?
5. São realizadas parcerias para divulgação do CT?

7. Questões Patrimoniais e Financeiras

1. Os municípios pagam mensalidade para manutenção?
2. Há repasses de recursos estaduais e federais? Se sim, são suficientes?

Questões relevantes que não foram apresentadas anteriormente

